

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE FILOSOFIA  
E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS POLÍTICAS  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

LEILA RAIMUNDA DE SOUZA

**Atuação do Grupo Especializado de Policiamento em Áreas de Risco – GEPAR, na comunidade da área norte de Contagem e como os órgãos públicos locais se relacionam com este projeto de segurança pública.**

Belo Horizonte  
2009

**Leila Raimunda de Souza**

**Atuação do Grupo Especializado de Policiamento em Áreas de Risco – GEPAR, na comunidade da área norte de Contagem e como os órgãos públicos locais se relacionam com este projeto de segurança pública**

**Monografia apresentada ao curso de Especialização em Políticas Públicas, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para conclusão do Curso.**

**Orientadora: Professora Magna Maria Inácio**

**Belo Horizonte  
2009**

Dedico este trabalho à todos os policiais militares da PMMG, que, com dignidade e sabedoria, contribuem pela excelência da prestação dos serviços de segurança pública no Estado, honrando assim, sua missão: "Proporcionar um ambiente seguro em Minas Gerais com a participação das pessoas; proteger a vida, garantir a lei, reduzir o crime e o medo do crime."

**Agradeço a Deus pela vida, por guiar-me e ilumina-me sempre o meu caminho; aos meus queridos pais, Raimundo Constantino e Maria Dulce, pelo carinho e por me ensinar a batalhar e jamais desistir dos meus sonhos; ao meu companheiro Elias Caetano e minha filha Gabrielle Fernanda pela compreensão dispensada nos momentos de ausência; à Professora e Orientadora, Srª Magna Maria Inácio, pelas valiosas observações e cooperação nesta etapa da minha vida; e à Srª Cap. Arlete Henrique de Almeida Campos, 18º BPM, pelo incansável apoio durante o período do Curso de Pós Graduação, e por, ainda, contribuir nas correções de Língua Portuguesa deste significativo trabalho.**

**“Consciente ou inconscientemente, cada um de nós presta um ou outro serviço. Se nós cultivamos o hábito de fazer este serviço deliberadamente, nosso desejo de servir crescerá gradualmente e faremos não apenas nossa própria felicidade, mas da sociedade em geral.”**

**(Mahatma Gandhi)**

## RESUMO

Esta pesquisa foca o Grupo Especializado em Áreas de Risco – GEPAR, inovação de policiamento da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG nos aglomerados de Belo Horizonte, Região Metropolitana (RMBH) e outras cidades do Estado, com destaque para a área do 18º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais, responsável pela área norte de Contagem. Dessa forma, analisa-se como está o relacionamento do GEPAR do 18º BPM com os órgãos públicos de defesa social local, bem como com as lideranças comunitárias, programas Fica-Vivo e comunidade em geral. O GEPAR é uma política de segurança pública que segue os princípios pressupostos da forma de se fazer Policiamento Comunitário. Neste processo, avalia-se o GEPAR da 38ª Cia PM Esp e 131ª Cia PM Esp, sob os moldes da Instrução 02/2005 – CG, que regula a criação e emprego do Grupo Especializado em Áreas de Risco – GEPAR, o cumprimento das características que pressupõe a efetividade das atividades do grupo: prevenção, repressão qualificada e promoção social. A pesquisa contextualiza a situação da criminalidade, principalmente os homicídios consumados e as reformas necessárias na gestão de segurança pública da PMMG.

**Palavras Chave:** Criminalidade, Violência, Homicídios, Policiamento Comunitário, GEPAR

## ABSTRAT

This research focuses on the group specialized in areas of risk - GEPAR, innovation policing of the Military Police of Minas Gerias - PMMG in clusters of Belo Horizonte, Metropolitan Area and other cities of the state, focusing on the area of the 18th Battalion of Military Police of Minas Gerias, responsible for the area north of Countdown. Thus, as it examines the relationship of GEPAR of 18 BPM with the public social protection of local as well as community leaders, programs, Stay Alive and the community in general. The GEPAR is a public security policy that follows the principles assumptions of how to do Community Policing. In the process, assesses the GEPAR the 38ª Cia Esp PM and 131ª Cia Esp PM , in the mold of Instruction 02/2005 - CG, which governs the creation and employment of the Group Areas of Expertise Risk - GEPAR, compliance with the characteristics assumes that the effectiveness of group activities: prevention, repression and qualified social promotion. The study contextualizes the situation of crime, particularly homicides accompli and the necessary reforms in the management of public security of PMMG.

**Keywords:** Crime, Violence, Homicide, Community Policing, GEPAR

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	01
<b>CAPÍTULO I – As Políticas de Segurança Pública no combate a criminalidade violenta</b> .....	05
1.Contextualização Social.....	05
2. Relação entre criminalidade violenta e desigualdade social.....	07
3. Mobilização Comunitária e Políticas de Segurança Pública.....	13
4. Polícia de Resultados.....	18
4.1 Policiamento Comunitário: Histórico.....	18
4.2 Polícia Comunitária.....	19
<b>CAPÍTULO II – Modificações na Gestão de Política de Segurança Pública</b> .....	22
1. Transformações na Segurança Pública após Década de 90.....	22
2. Reforma na Polícia Militar de Minas Gerais.....	26
2.1 Cultura Organizacional: Identidade Organizacional.....	28
2.2 Conselho de Segurança Pública - CONSEP.....	29
2.3 Integração Polícia Militar e Civil.....	30
2.4 Treinamento Policial.....	31
<b>CAPÍTULO III – Grupo Especializado em Áreas de Risco – GEPAR: Política Pública de Segurança que visa combater os Homicídios nos Aglomerados de Minas Gerais</b> .....	33
1. A Instituição Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG.....	33
1.1 Batalhão e Companhia: Articulação.....	36
1.2 O município de Contagem e o 18º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais – um breve histórico.....	38
1.2.1 38ª Companhia de Polícia Militar Especial.....	40
1.2.2 131ª Companhia de Polícia Militar Especial.....	42
1.2.3 Grupo Especializado em Policiamento em Áreas de Risco.....	43
1.2.3.1 Origens do Gepar.....	44
1.2.3.2 Gepar do 18º BPM.....	45
1.2.3 Programa Fica Vivo.....	48



<b>CAPÍTULO IV – Metodologia, Apresentação, Análise e Interpretação dos dados.....</b>	<b>51</b>
1. Metodologia.....	51
2. Apresentação, análise e interpretação dos dados.....	52
2.1 Análise e interpretação das respostas dos militares empregados no GEPAR, na área norte de Contagem, sob responsabilidade do 18º Batalhão de Polícia Militar.....	52
2.2 Análise e interpretação das respostas dos órgãos públicos e programas sociais envolvidos com a doutrina de emprego do GEPAR.....	59
2.3 Análise e interpretação das respostas da comunidade e líderes comunitários.....	62
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>67</b>
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>73</b>

## INTRODUÇÃO

A realidade mundial é instável e diversificada. A rapidez e ineditismo com que se transforma exigem grande esforço das pessoas e das organizações para acompanharem as mudanças e se adequarem aos ambientes, muitas vezes, desordenados pelas crises políticas, econômicas e sociais que, por sua vez, reproduzem um cenário de dificuldades e problemas para os povos.

Inserido na “aldeia global”, o Brasil é um país com desajustada e injusta distribuição de renda, alto índice de desemprego, economia e política insólitas e de grande diversidade cultural e social, que, conjugados, reproduzem os mais diversos conflitos entre as pessoas, e, conseqüentemente, entre os diversos segmentos sociais, originando o maior temor de todos os tempos: a manifestação da violência em suas diversas formas.

Em qualquer lugar do Brasil, a segurança pública alcança a condição de principal demanda e preocupação dos governos nas esferas federal, estadual e municipal, comprovando o interesse das pessoas, que, estimuladas pelos diversos veículos de comunicação de massa sempre buscam as notícias envolvendo a criminalidade. Esta rotina pode originar a sensação de insegurança na sociedade e, simultaneamente, ensejar uma opinião pública desfavorável sobre a incapacidade do Estado em estabilizar o problema.

No território mineiro, a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), ente da administração pública estadual e, força reserva e auxiliar do Exército, cujos princípios baseiam-se na hierarquia e disciplina está presente nos oitocentos e cinquenta e três municípios do Estado, com a missão de assegurar a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através do policiamento ostensivo fardado.

O criterioso planejamento estratégico da Instituição, com ênfase nas ações e operações preventivas, direciona os integrantes da Instituição para uma atuação policial que procura inibir e/ou impedir a oportunidade de ações delituosas, entretanto; ocorrendo qualquer ruptura da ordem pública, ali se fazem presentes para restabelecer a tranquilidade das pessoas e promover a paz social, que é o negócio da PMMG.

Na última década, a cidade de Contagem, área de responsabilidade quanto ao policiamento ostensivo, do 18º Batalhão de Polícia Militar, tal qual aos grandes centros urbanos brasileiros, assistiu a um crescimento da criminalidade violenta, especialmente o número de homicídios, fazendo com que esse tema fosse colocado no foco das discussões das políticas de segurança pública.

Impelida pelas transformações da sociedade, a Polícia Militar de Minas Gerais substituiu a sua forma tradicional de se fazer polícia pelo da Polícia Comunitária que tem como modelo de atuação a aproximação entre os militares e a comunidade, a identificação de problemas e busca de soluções para os mesmo em conjunto, ou seja, união das forças policiais e a sociedade, pois, conforme cita o Art. 144 da Constituição federal, a Segurança Pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos.

~~A grande problemática do crescimento da criminalidade em áreas de risco (aglomerados, vilas) devido principalmente às desigualdades sociais, surge como desafio à Polícia Militar de Minas Gerais que, com vistas a reduzir os índices de criminalidade, busca atuar de forma diferenciada nestes locais, pois é preciso estudar sempre a dinâmica dos fatos e inovar os procedimentos, sob pena de deixar a comunidade ordeira refém da situação, com reflexos na credibilidade da Instituição e distanciando cada vez mais da desejada paz social.~~

Surge assim o GRUPAMENTO ESPECIALIZADO DE POLICIAMENTO EM ÁREAS DE RISCO (GEPAR) da PMMG, que propõe uma junção da força reativa com a preventiva, e cujo objetivo principal é a proteção social e a intervenção estratégica em busca de redução efetiva dos crimes violentos, tendo como características básicas a prática do Policiamento Comunitário que se norteia pelas ações preventivas com envolvimento da comunidade, a repressão qualificada com atuação das polícias militar e civil e a promoção social.

O ânimo para investigar sobre o tema desta pesquisa surgiu após observações quanto à atuação dos militares empregados no GEPAR, pois se notou sinais de desmotivação desse efetivo quanto ao alcance dos objetivos de sua missão, de acordo com a doutrina interna da PMMG, para a qual foi lançado esse grupo, daí a formulação do problema dessa pesquisa: **o treinamento e atuação dos militares empenhados no GEPAR aliado ao apoio dos órgãos**

**de defesa social têm sido eficazes para o cumprimento da filosofia/doutrina que regula o emprego desse grupo?**

Conforme as alegações desses militares empregados no GEPAR, a estrutura para atuação em conjunto não existe efetivamente, pois quando são empenhados em ocorrências, principalmente as que envolvem menores, estes órgãos não comparecem ou não têm condições de dar prosseguimento às ações dos militares. Por notar essa ausência, os militares dizem ter dificuldades em cumprir a missão, principalmente, a terceira característica básica que norteia o grupo: promoção social.

Logo, a hipótese foi construída: **o treinamento e a atuação dos militares empenhados no GEPAR em consonância com os órgãos de defesa social não estão sendo suficientes e eficazes para o alcance dos objetivos propostos na doutrina de emprego do grupo.**

O objetivo principal desta pesquisa é pontuar quais são os problemas existentes, tanto no âmbito da Instituição quanto nos órgãos de defesa social e da comunidade, que dificultam a atuação dos militares empregados no GEPAR, conforme a doutrina estabelecida pela Instituição.

Os critérios de pesquisa a que se refere o método de abordagem foram realizados através de entrevistas monologa intencionais com vistas a se proceder a uma análise crítica do GEPAR empregado na área norte do município de Contagem. As entrevistas foram realizadas com os militares do 18º Batalhão de Polícia Militar que atuam no GEPAR e representantes dos órgãos de defesa social e líderes comunitários.

A construção, resultados e conclusão desta pesquisa são apresentados nos capítulos seguintes, distribuídos como exposto a seguir.

O primeiro capítulo propõe uma reflexão sobre o desequilíbrio social na atualidade, considerando-se a criminalidade violenta no Brasil, com destaque para Minas Gerais.

O segundo capítulo aborda as modificações na gestão da política de segurança pública nos últimos anos, demonstrando a necessidade de um trabalho conjunto e de envolvimento das pessoas e dos órgãos de defesa social.

O terceiro capítulo explicita sobre o objeto de estudo desta pesquisa, o Grupo Especializado em Policiamento em Área de Risco – GEPAR, além de contextualizar a origem da Polícia Militar de Minas Gerais, a realidade dos aglomerados e a atuação do GEPAR no município de Contagem.

A metodologia aplicada e as etapas realizadas para alcançar os objetivos desta pesquisa são apresentadas na quarta seção.

E, finalmente, no último capítulo apresenta de forma abreviada os estudos realizados, seguindo-se a conclusão e sugestões.

## CAPÍTULO I

### AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO COMBATE A CRIMINALIDADE VIOLENTA

Este capítulo propõe uma reflexão sobre o desequilíbrio social na atualidade, considerando-se a criminalidade violenta no Brasil, com destaque para Minas Gerais. Emerge-se, pois, a necessidade da mobilização comunitária nas políticas de segurança pública, o que pode ser observado nos novos conceitos de se fazer polícia implementados pela Polícia Militar de Minas Gerais, através da filosofia da Polícia Comunitária: integração entre polícia e comunidade na solução dos problemas de segurança pública.

#### 1. Contextualização Social

A sociedade atual é extremamente complexa e competitiva, funcionando como determinante de comportamentos, gerando tensões emocionais e conflitos entre as pessoas, o que resulta na fragmentação de idéias e conceitos no mundo contemporâneo, não havendo, pois, uma padronização no comportamento e na interpretação da realidade.

A situação de desequilíbrio social acentua a crise nas relações interpessoais e faz evidenciar, de todas as formas, o individualismo acentuado, fator que contribui para o aumento da violência.

Assim, o enfraquecimento do Estado atual não oferece condições de se antepor aos interesses individuais de alguns privilegiados. A ditadura do poder econômico e a ausência de decisões concretas e visíveis transformam o cotidiano em algo temido e inseguro, totalmente propenso a ações violentas de indivíduos ou grupos sociais que desejam romper os valores estabelecidos por uma sociedade legítima para imporem sua existência.

Esses problemas provocam conflitos, tensões, disputas e desvios sociais que acarretam desníveis consideráveis nas diversas camadas sociais (pobreza, má distribuição da renda, desestruturação familiar etc.). A pobreza, por si só, não gera violência, mas as desigualdades sociais, associadas aos valores apresentados originam a injustiça social. Onde há riqueza em abundância convivendo com a miséria, fomenta o sentimento de privação do indivíduo, levando-o à violência.

Acentuam-se assim as diferenças sociais e familiares, prejudicando todas as estruturas sociais que contribuem para o estabelecimento da sociedade como um todo. Fatores que desagregam pessoas, aumentam distâncias, destroem a sociedade e desestruturam as estratégias de segurança no Estado.

Cita PASTORE (1980) que o crime é intimamente associado a privações objetivas, tais como desemprego, baixa renda, precárias condições de moradia, desorganização familiar, contudo; as condições sociais relativas têm efeitos desencadeantes do crime muito mais pronunciados do que as condições sociais absolutas.

Assim, os desníveis sociais acentuados que ocorrem nas grandes aglomerações urbanas constituem um poderoso determinante do estado de privação relativa, pois o indivíduo neste estado passa a achar injusto as diferenças, surgindo diversas situações de anomalia, poderoso pano de fundo para os desvios de comportamento em geral e para o crime em particular.

É nesse contexto que a sociedade como um todo e os órgãos de defesa social procuram se mobilizar para reduzir o impacto das diferenças que produzem os conflitos sociais, e estes, por sua vez, acarretam a situação agravante dos índices de criminalidade, criando medidas que têm por objetivo reduzir a motivação para a prática do crime.

Frente a esse desafio, a Polícia Militar de Minas Gerais tenta inovar, através do desenvolvimento de projetos que estimulem a comunidade a participar das questões relacionadas à segurança pública, implementando estratégias de atuação nos aglomerados e vilas de forma diferenciada e com ênfase na prevenção, respeito aos direitos humanos e envolvimento comunitário, na intenção de combater a criminalidade nas causas e não nos efeitos (MINAS GERAIS, 2005).

Assim, foi criado o Grupo Especializado em Área de Risco –GEPAR, com responsabilidade territorial para atendimento exclusivo às comunidades carentes, com vistas à prevenção e repressão qualificada aos crimes violentos e com o objetivo precípua de tentar reduzir os altos índices de homicídios desses locais e traçar estratégias para a prática de crimes.

Para que este grupo cumpra sua missão geral e particular traçada em seu plano de criação e emprego ( INSTRUÇÃO n. 02, 2005) há necessidade de envolvimento com a comunidade e os diversos órgãos de defesa social que complementam ou dão prosseguimento às ações do grupo para se chegar a um resultado eficaz, sendo este o foco desta pesquisa: Atuação do Grupo Especializado em áreas de Risco –GEPAR, na comunidade da área norte de Contagem e como os órgãos públicos locais se relacionam com este projeto de segurança pública.

## **2. Visão Teórica do Crime Violento**

A concentração de desvantagens econômicas e estruturais em uma comunidade pode propiciar o surgimento de uma série de fatores negativos nas diversas relações entre as pessoas o que contribui para aumentar os índices de criminalidade local.

Para as Ciências Sociais, vários são os pesquisadores<sup>1</sup> que se propõem a analisar e explicar o surgimento da criminalidade e violência, como sendo uma realidade humana e social cujo desajuste pode ser associado à desigualdade social da atualidade. O crime, analisado dessa forma, não é simples abstração jurídica, mas fato natural como ação humana ou fenômeno social, resultante de um processo dinâmico e interpretado conforme a motivação e a experiência social do criminoso.

Pode-se afirmar que os fatores sociais influenciam duas vezes: primeiro, formando uma mentalidade desajustada, ou seja, a personalidade criminal e, depois, no momento do crime, desencadeando a passagem da intenção ao ato, como provocação, ou melhor, formando a situação própria para o crime.

---

<sup>1</sup> Duarte (2004), Rocha (2006), Sapori (2006), Beato (2008), dentre outros.



O crime, como uma manifestação cultural, tem sido interpretado como aliado à pobreza, miséria, analfabetismo, impunidade, desigualdades sociais e outros, cuja enumeração seria impraticável, tal a complexidade e o intrincamento desses fatores, e essa diversidade conceitual sobre cultura, valores e normas têm levado à elaboração de diversas teorias da cultura da violência.

Dessa forma, vários estudos<sup>2</sup> têm demonstrado que a violência e a criminalidade surgiriam com mais intensidade nas comunidades pobres e degradadas das grandes cidades, portanto, não devido apenas pela pobreza em si, mas, sim, devido ao altíssimo grau de desorganização social das mesmas. Em uma vizinhança socialmente desorganizada, o vínculo moral de um indivíduo com a sua comunidade diminui e, logicamente, também diminuem os custos morais de se cometer um crime.

Assim, muitos desses pesquisadores sociais têm estatisticamente comprovado que a maioria dos homicídios é originada e ou registrada frente às comunidades pobres e, principalmente, nos aglomerados dos grandes centros urbanos:

As desigualdades e os mecanismos de exclusão que marcam as grandes regiões metropolitanas traduzem-se nos diversos processos de segregação de distintas naturezas, sendo o problema das favelas e dos bairros miseráveis de periferia uma das facetas dramáticas do problema urbano. (BEATO & ASSUNÇÃO, 2008, p.17).

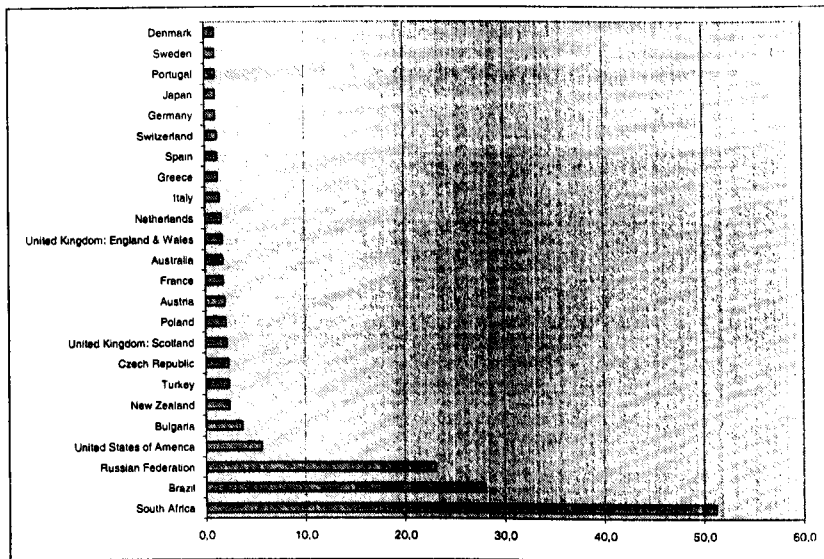
[...] a idéia de que ambientes marcados pela desordem de degradação física podem exercer influência direta sobre os crimes que ali ocorrem tem sido corroborada por um número crescente de estudos que ressaltam a influência de variáveis de desordem e incivitalidade.. (BEATO & ASSUNÇÃO, 2008, p.19).

O gráfico abaixo demonstra a situação das taxas de homicídios em determinados países, com destaque para o Sul da África que, dentro da seleção, lidera as altas taxas de homicídios em 2005, além do Brasil que segue em segundo lugar em altos índices de homicídios. E conforme consulta à Seção de Planejamento de Policiamento do 18º BPM da PMMG, sediado em Contagem, 75% dos crimes de homicídio registrados no ano de 2008 ocorreram em bairros da cidade, povoados de pessoas de baixa, o que leva a crer que existe uma relação estreita entre pobreza e a motivação para a prática de crimes.

---

<sup>2</sup> idem.

Gráfico I – Taxas de Homicídios em Países Selecionados - 2005

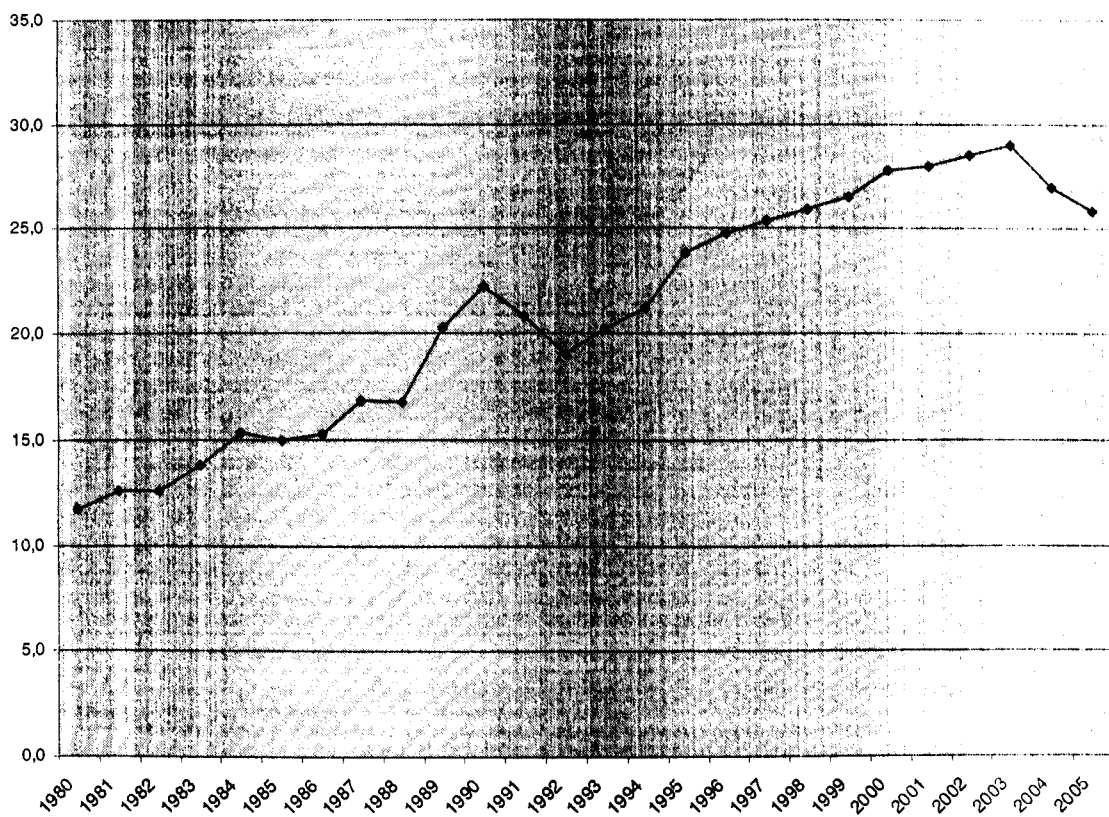


Fonte: Saporì (2009)

Hoje, a criminalidade violenta é um desafio para a política de segurança pública. Desde meados dos anos 70 observa-se um crescimento no total de registro de ocorrências de homicídios, roubos, sequestros, estupro, dentre outros. Aumento que veio acompanhado de mudanças substantivas nos padrões de criminalidade individual, bem como do perfil das pessoas envolvidas na delinquência, que na maioria das vezes estão na faixa etária de jovens e adolescentes de 15 a 25 anos. (UNESCO, 2004).

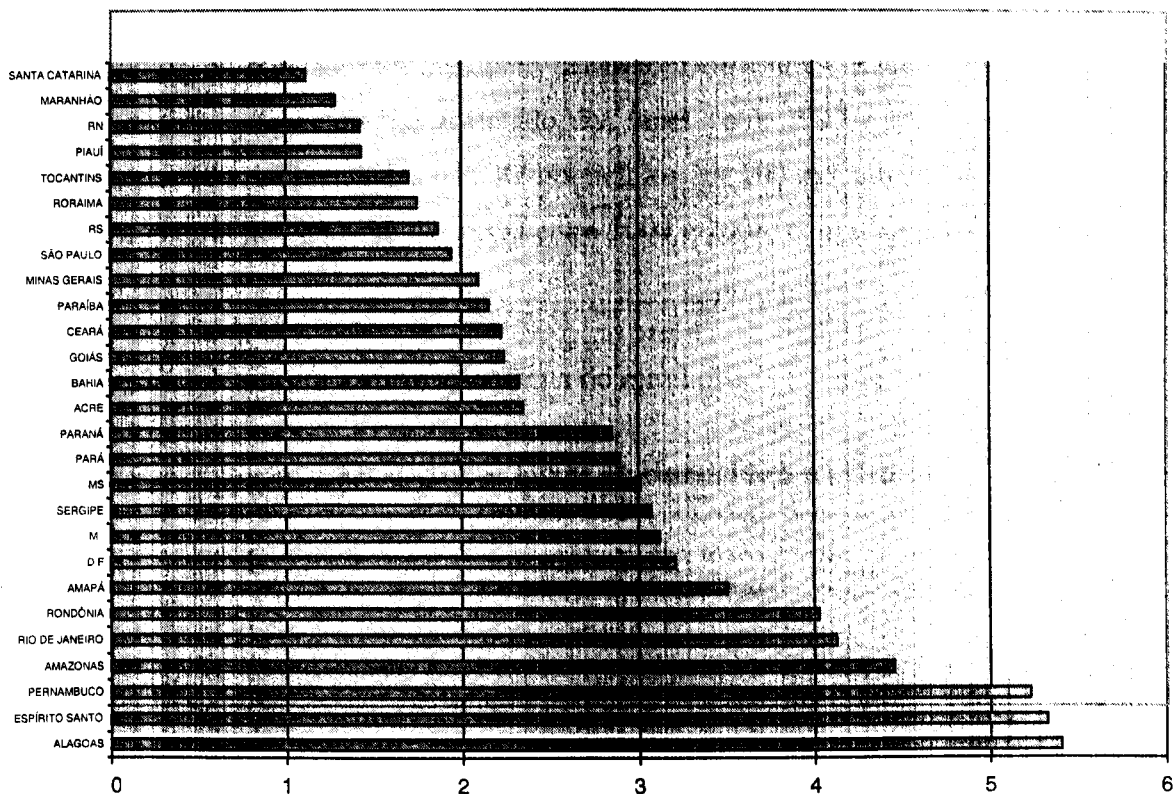
No Brasil, segundo Saporì (2009), os homicídios constituem um dos principais problemas da segurança pública na sociedade brasileira. O autor aponta no gráfico II o crescimento desordenado das taxas de homicídios no Brasil, com um destaque acentuado no ano de 2003, ano que chegou a atingir quase 28% da população brasileira.

No gráfico III, é possível especificar a posição dos estados do Brasil, no ano de 2006, com o estado de Alagoas na liderança de taxas altas de homicídios e Minas Gerais em 9º lugar na tabela. O autor demonstra ainda no gráfico IV, como ocorreu no ano de 2006 a violência em homicídios nas capitais do Brasil, com a cidade do Recife se destacando entre elas, e após seqüência, Belo Horizonte aparece no 5º lugar da pesquisa.

**Gráfico II -Taxa de Homicídios - Brasil**

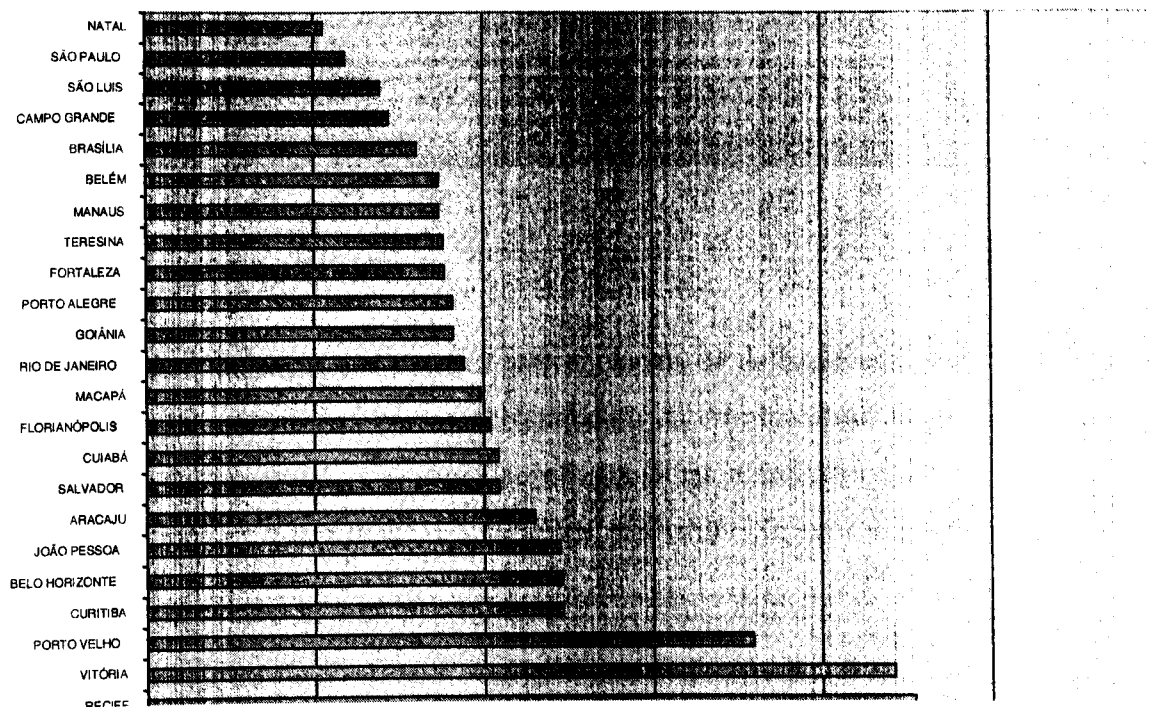
Fonte: Saporì (2009)

**Gráfico III - Taxa de Homicídios. Brasil. 2006**  
Unidades da Federação



Fonte: Saporì (2009)

**Gráfico IV – Taxas de Homicídios nas capitais do Brasil**  
**TAXA DE HOMICÍDIOS . CAPITALS**  
**2006**

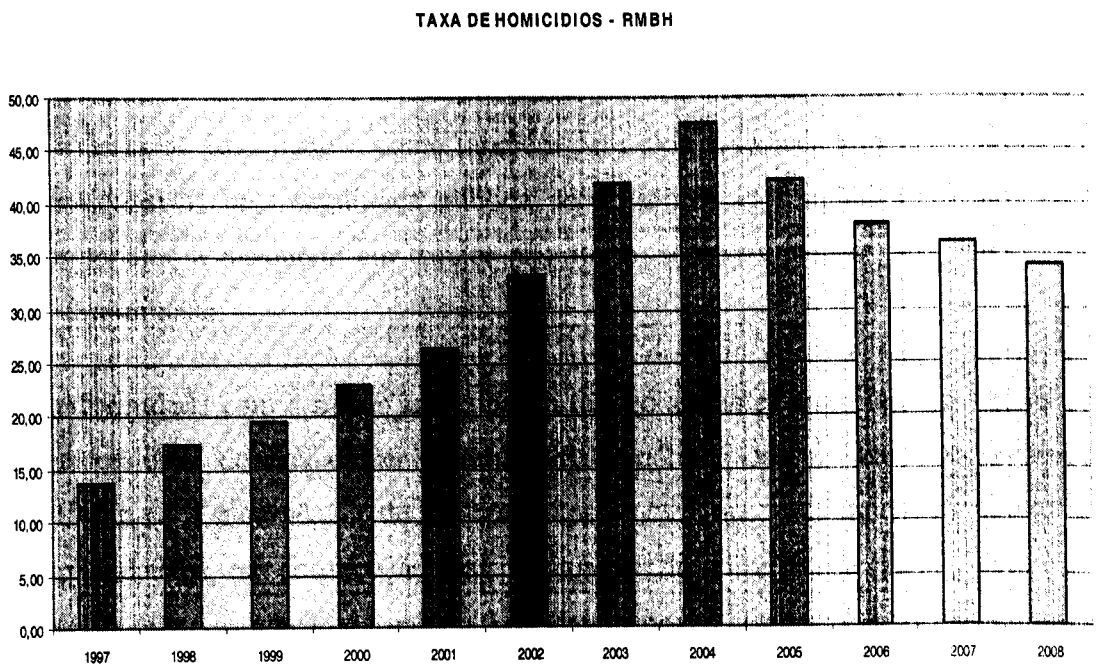


Fonte: Saporì (2009)

De acordo com o pesquisador na área de criminalidade violenta, principalmente em homicídios, Luiz Flávio Sapori<sup>3</sup>, em Minas Gerais no período de 1997 a 2008, a incidência dos homicídios na Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH caracteriza-se por processos distintos: “crescimento acelerado das taxas entre 1997 e 2004, saltando de 13,7 homicídios por 100 mil habitantes para 47 homicídios por 100 mil habitantes”, podendo ainda perceber “trajetória descendente das taxas entre 2004 e 2008, com redução superior a 20% na taxa de homicídios.”

O gráfico V, ilustra a afirmação acima do estudioso.

**Gráfico V – Taxas de Homicídios na Região**



Fonte: Sapori (2009)

Além das mudanças dos padrões convencionais de delinquência na sociedade, outros fatores podem ter contribuído para o aceleramento da criminalidade violenta: as profundas mudanças que vem passando a situação econômica atual, a deficiência no sistema de justiça criminal e prisional, e a descrença dos cidadãos nas instituições encarregadas de promover a justiça.

<sup>3</sup> palestra realizada pelo sociólogo Luís Flávio Sapori aos militares do 18º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais, em junho de 2009,

Para esta pesquisa, a criminalidade violenta é entendida como a prática de crimes de homicídios, estupros, seqüestros, assaltos, dentre outros, motivo da criação do GEPAR pela PMMG e no 18º BPM cuja missão é a prática de ações sociais nos aglomerados de Contagem com vistas a reduzir os índices de criminalidade atuais.

### **3. Mobilização Comunitária e Políticas Públicas de Segurança**

O aumento da criminalidade constitui um risco permanente para a sociedade moderna. O que se percebe é que o crime está presente em todas as classes sociais, e para preveni-lo ou reprimi-lo os governos criam forças policiais militares e civis que, sustentadas em determinações legais, garantem aos cidadãos os direitos que lhe são assegurados.

Buscar soluções concretas para o problema da criminalidade é um dos grandes desafios não só para os governantes, como também para toda a sociedade. É preciso que as instituições responsáveis pela segurança pública acompanhem os efeitos produzidos pelo mundo contemporâneo e busquem, em caráter prioritário, soluções para os problemas que intimidam a comunidade.

Em conformidade com a maior preocupação dos governantes em relação à segurança pública e a necessidade de estabelecer a tranqüilidade pública das pessoas, sendo direito constitucional, tem-se a emergência de realizar experiências que procuram contemplar as demandas dos cidadãos na consecução das atividades do sistema de justiça criminal, principalmente, as relativas à ação da polícia. Um desses novos arranjos é a aproximação do cidadão com as instituições policiais através de mecanismos como o Policiamento Comunitário, que parte do pressuposto de que a atividade de segurança pública é uma tarefa muito importante para ser deixada apenas no controle das organizações que constitucionalmente receberam essa missão (SANTOS, 2003).

Para isso, a compreensão dinâmica do conceito de comunidade é essencial para a prevenção e controle do crime e da desordem, assim como o medo do crime, pois o controle e a participação social informal, tanto do coletivo como do grupo, podem contribuir para que não as pessoas não cometam erro prejudicial à vida coletiva.

O Policiamento Comunitário é uma filosofia que propõe resolver os problemas de segurança pública da comunidade, com foco nas causas que originaram as dificuldades enfrentadas, contudo, faz-se necessário que o próprio grupo se envolva em parceria com a polícia, no sentido que juntos possam identificar a natureza das necessidades e de realizar as mudanças operacionais para que a polícia as desempenhe de maneira eficaz.

Esse modelo de policiamento se desenvolveu, originariamente, nos Estados Unidos, e em outros países democráticos, principalmente nos de língua inglesa, a partir de experiências nas décadas de 1970 e 1980, podendo ser entendido enquanto uma parceria entre a polícia e a comunidade voltada para a melhoria da segurança pública através da identificação e resolução dos problemas da comunidade (SKOLNICK & BAYLEY, 2002).

Ressalta-se que o Policiamento Comunitário assume necessariamente formas distintas em lugares diferentes, uma vez que as prioridades da polícia e as estratégias de policiamento devem ser ajustadas às necessidades e expectativas dos cidadãos de cada comunidade, a qual tem o direito não apenas de ser consultada, mas também de participar das decisões sobre as ações a serem implementadas pela polícia.

Cita Soares (2003) que a necessidade de institucionalização de uma nova forma de prestação dos serviços de segurança pública, no Brasil, deve-se à constatação da imprescindível reforma da polícia, a qual não foi contemplada de forma ampliada pela Constituição Federal de 1988, permitindo que essa organização reproduzisse a violência arbitrária contra os excluídos, a tortura, a chantagem, a extorsão, a humilhação cotidiana e a ineficiência no combate ao crime.

O maior desafio enfrentado pela polícia no modelo comunitário é motivar e sustentar a participação do público, pois a prática ensina que o êxito de uma iniciativa policial de organização comunitária passa pelo envolvimento e comprometimento dos cidadãos na busca de soluções para problemas locais.

Em áreas onde existe alguma organização comunitária, a polícia procura envolver as pessoas estabelecendo contatos com igrejas, associações de comerciantes e de moradores, comerciantes, comunidade escolar, dentre outros, com vistas à discussão dos problemas de segurança pública locais. Essa relação, polícia e comunidade, transformam-se na única alternativa possível, contudo, em casos específicos, pode ter o processo corrompido, pois

organizações locais podem privilegiar interesses específicos (comerciais, eleitorais, religiosos etc) fugindo ao anseio de toda a coletividade e além disso, outros entraves podem ocorrer, como exemplo, a deficiência no treinamento dos militares, o próprio interesse profissional, a falta de recursos e o não envolvimento dos outros órgãos de defesa social que têm a incumbência de dar continuidade ao trabalho iniciado pela Polícia Militar.

Embora o contato com os grupos favoreça um diagnóstico mais apurado da realidade local, deve-se questionar sempre em que medida tais grupos são representativos dos diversos interesses presentes da localidade ou da comunidade.

A política pública objetiva coordenar os meios que se encontram à disposição do Estado e os privados, e a medida que estes bens vão se transformando em bens coletivos, tornam-se objetos de políticas públicas (SAPORI, 2006). Compreende-se que se o bem se transformou em coletivo foi devido a sua adaptação às necessidades das pessoas e no entendimento de que funciona como solução para algum problema que aflige determinada comunidade.

Neste sentido, o autor descreve que:

[...] a noção de política pública pressupõe que haja uma esfera da vida que não é privada ou puramente individual, mas sustentada pelo que o que é comum e público. E sendo comum, em termos da comunidade política, cabe ao Estado a principal, senão exclusiva, responsabilidade pela sua preservação. O “público” compreende a dimensão da atividade humana, que é percebida como necessitando de intervenção, regulação social e/ou governamental. À medida, portanto, que certos bens vão se coletivizando, tornam-se objetos, necessariamente, de políticas públicas. É no processo de supremacia institucional gradativamente do Estado-Nação, enquanto provedor de bens coletivos, que, paralelamente, vai se cristalizando a expectativa social de que caberia aos governos resolver ‘problemas’ utilizando-se do aparato administrativo-burocrático. (SAPORI, 2006, p. 58)

Para que as pessoas de uma comunidade se envolvam, é necessário um propósito, um objetivo bem definido e compreensível que gere uma convicção coletiva que atenda a todos, para a concretização de um objetivo comum. Mobilizar significa convocar e unir vontades para atuarem em busca do mesmo objetivo.

Percebe-se hoje que a gestão das políticas públicas de segurança é capaz de influenciar e mobilizar a sociedade civil, diante da necessidade de combate à criminalidade e à violência, que poderá depender das relações de força ou das possibilidades de convergência entre representantes das redes de movimentos sociais.



Dentro deste contexto, o autor Scherer-Warren aponta que:

A sociedade civil organizada do novo milênio tende a ser uma sociedade de redes organizacionais, de redes inter-organizacionais e de redes de movimentos e de formação de parcerias entre as esferas públicas privadas e estatais, criando novos espaços de governança com o crescimento da participação cidadã .( SCHERER-WARREN.2006, p. 126).

Pode-se afirmar que a transformação no padrão de criminalidade e violência da atualidade, bem como seu agravamento refletiu nos processos de mudanças das políticas públicas de segurança, que corroboraram não somente para uma participação mais efetiva da sociedade civil, mas exigiu-se um melhor aprimoramento das instituições de defesa social.

A idéia de uma polícia orientada para a solução de problemas e melhoria da qualidade de vida de comunidades, dentro dos objetivos de Polícia Comunitária praticada em diversos países do mundo, ganhou força no Brasil nos anos 80, com a abertura democrática do país e com a Constituição Federal de 1988.(MINAS GERAIS, 2004)

Em Minas Gerais, o modelo comunitário lançado pela Polícia Militar teve como objetivo proporcionar uma política cidadã, voltada para a solução dos problemas através da participação social do qual o objetivo é realizar ações democráticas e contínuas que otimizem o envolvimento e comprometimento da comunidade num todo.

Nota-se que essa busca de interação entre a polícia e as pessoas propicia a melhoria das relações entre Estado e sociedade, amplia a percepção policial e da comunidade no que tange às questões sociais e possibilita diminuir áreas de conflito que exigem ações de caráter repressivo, o que contribui para a implementação de estratégias preventivas, com ações de repressão qualificada e de mobilização conjunta social.

Apesar dos esforços, o maior desafio enfrentado pela polícia no modelo comunitário é ainda motivar e sustentar a participação do público, pois, o contato direto e permanente com a adversidade e a insegurança social reduz a disposição para a mobilização social.

Outra problemática enfrentada pela Polícia Militar na organização comunitária é a própria superação de resistência de seu efetivo, que, correlacionada com a cultura organizacional militar, que não permitiu a prática de se fazer polícia junto à comunidade, por mais de dois séculos.

Dessa forma, até mesmo as iniciativas que contam com investimentos e apoio governamental (recursos financeiros, implementação de recursos humanos e materiais, treinamento dos policiais, informações e até mesmo o engajamento social) costumam ser prejudicadas pela desvalorização ou apatia do público, ou ainda pela abordagem equivocada do próprio órgão de defesa social do que seria um programa comunitário de segurança pública.

Confrontada com as dificuldades apontadas, e às vezes partindo do pressuposto que os problemas são tamanhos e os recursos são escassos, polícia e comunidade tendem a desacreditar da praticidade dos resultados, tendendo a polícia, como órgão executor, a tomar decisões baseadas em suas próprias percepções.

Verifica-se, pois, que a intensificação efetiva do envolvimento da polícia, comunidade e os diversos segmentos podem favorecer uma melhor integração e participação da comunidade, bem como o reconhecimento social da atividade policial, o desenvolvimento da cidadania aos cidadãos e por fim a melhoria da qualidade de vida.

#### **4. Polícia de resultados**

##### **4.1 Policiamento Comunitário: Histórico**

Os primeiros esforços em torno de novos paradigmas voltados para uma polícia com ações mais preventivas consolidou-se em Los Angeles, nos anos 70, que buscou diferentes formas de resposta policial ao problema do crime e do aumento do medo das pessoas..

Até então, entre os anos 40 e 60, algumas experiências relevantes ocorreram dando início à criação de unidades comunitárias. Os movimentos de contestação política e protesto contra a polícia geraram a necessidade de estreitamento dessas relações. A aproximação da polícia com as comunidades, principalmente as minorias, ajudava na prevenção de motins e desordens públicas. Uma das táticas operacionais desse modelo introdutório eram as visitas de policiais às escolas e associações para realização de palestras, objetivando tornar a instituição policial conhecida pelo público.

Em Minas Gerais, as transformações que a Polícia Militar vem sofrendo a partir dos anos 90 deve-se, principalmente, à falência do modelo tradicional ao executar o policiamento ainda muito militarizado, voltado para o combate ao crime. A Instituição, ao longo dos anos,

percebeu que os resultados poderiam ser mais eficientes se houvesse uma mudança de paradigma: transformar as estratégias de polícia reativa em uma polícia que busca soluções para os problemas de segurança pública, através do envolvimento conjunto da polícia e demais órgãos integrados ao sistema de defesa social e comunidade.(MINAS GERAIS, 2004)

A base do policiamento comunitário é a aproximação e o estabelecimento de laços de confiança entre polícia e comunidade, cruciais para o planejamento e desenvolvimento de ações conjuntas de prevenção e solução dos problemas de segurança no nível local.

Até os anos 90, a relação de proximidade entre a Polícia Militar de Minas Gerais e população ficou restrita principalmente às cidades do interior. Nesse contexto, caracterizado pela menor complexidade da vida social, os policiais não apenas são conhecidos pela população, como também estão inseridos na comunidade. Em ambientes de maior intensidade da vida urbana e densidade populacional, a distância entre polícia e cidadãos é, em geral, mais evidente, e identificando-se, tanto na cultura organizacional quanto no entendimento público, num modelo de polícia reativa.

É importante considerar, ao se discutir Polícia Comunitária no Brasil, especificamente em Minas Gerais, as modificações introduzidas pela Constituição de 1988, a constituição estadual e os fatores do ambiente. Quanto às inovações introduzidas pela constituição federal, é especialmente importante a que se refere ao conceito de cidadania e de segurança pública. Assim, os policiais passam a ser distribuídos nos locais vulneráveis à ação criminosa, onde sua presença representa aumento da sensação de segurança.

## **4.2 Polícia Comunitária**

As atuais reformas nas políticas de segurança pública, especificamente, às voltada para a área policial militar estão fundadas na premissa de que a eficácia de uma política de prevenção do crime e produção de segurança está relacionada à existência de uma convivência sólida e positiva entre a polícia e a sociedade.

Isto significa o reconhecimento de que a gestão da segurança não é responsabilidade exclusiva da polícia, mas da sociedade como um todo. Os debates recentes envolvendo novos modelos policiais referem-se exatamente às formas de viabilização desta parceria.

Essas idéias se inserem no conceito de “Policciamento Comunitário”. O Policiamento Comunitário expressa uma forma de atuação policial orientada à divisão de responsabilidades entre a polícia e cidadãos no planejamento e na implementação das políticas públicas de segurança. O conceito revela a consciência de que a construção de uma relação sólida e produtiva com a sociedade pressupõe um empenho da polícia em adequar as suas estratégias e prioridades às expectativas e necessidades de segurança pública em determinada comunidade.

De acordo com SKOLNICK & BAYLEY (2002), a teoria do Policiamento Comunitário pressupõe um relacionamento bem distinto entre a polícia e o público. Baseia-se nos princípios de confiança e de colaboração, prevendo interações continuadas com a sociedade civil, atenção especial às necessidades e prioridades expressas pela população, compartilhamento de informações que conduzam a um policiamento baseado em inteligência, mediação e solução de conflitos, além de preferir a prevenção do crime aos atos repressivos.

Com base nos objetivos da Polícia Comunitária, foram criadas em Minas Gerais, no início da década de 90, organizações<sup>4</sup> da sociedade civil voltadas para dois objetivos: de um lado, fiscalizar as atividades da polícia, especialmente em relação a denúncias de abusos contra os direitos humanos e, de outro, trabalhar em conjunto com a polícia local, mediante conselhos formados por membros da comunidade para alocar os recursos para a prática do policiamento, de acordo com as necessidades e prioridades locais.

A mudança de enfoque de um policiamento reativo para um policiamento proativo na prevenção do crime, que implique na redução da sensação de medo das pessoas, pressupõe a existência da necessidade de interação entre polícia e comunidade na identificação conjunta de problemas visando sua prevenção.

A base do policiamento comunitário é a aproximação e o estabelecimento de laços de confiança entre polícia e comunidade, cruciais para o planejamento e desenvolvimento de ações conjuntas de prevenção e solução dos problemas de segurança no nível local.

O quadro abaixo mostra as principais diferenças nos modelos de policiamento tradicional e comunitário (MINAS GERAIS, 2002). O modelo tradicional indica a forma que o policiamento era desenvolvido antes dos anos 90: a lei era cumprida de acordo com a Constituição de 1988, manutenção da ordem pública, contudo, sem o envolvimento da

comunidade, o que se difere do modelo comunitário, que permite a intervenção do público, isto é, um estreito relacionamento com a comunidade, do qual o público é visto como fonte de informação para a eficácia da atuação policial.

**QUADRO I – DIFERENÇAS ENTRE POLÍCIA TRADICIONAL E POLÍCIA COMUNITÁRIA**

**POLÍCIA TRADICIONAL**

- a) A polícia é uma agência governamental responsável, principalmente, pelo cumprimento da lei;
- b) Na relação entre a polícia e as demais instituições de serviço público, as prioridades são muitas vezes conflitantes;
- c) O papel da polícia é preocupar-se com a resolução do crime;
- d) As prioridades são, por exemplo, roubo a banco, homicídios e todos aqueles envolvendo violência;
- e) A polícia se ocupa mais com os incidentes;
- f) O que determina a eficiência da polícia é o tempo de resposta;
- g) O profissionalismo policial se caracteriza pelas respostas rápidas aos crimes sérios;
- h) A função do comando é prover os regulamentos e as determinações que devam ser cumpridas pelos policiais;
- i) As informações mais importantes são aquelas relacionadas a certos crimes em particular;
- j) O policial trabalha voltado unicamente para a marginalidade de sua área, que representa, no máximo 2 % da população ali residente;
- k) O policial é o do serviço;
- l) Emprego da força como técnica de resolução de problemas;
- m) Presta contas somente ao seu superior;
- n) As patrulhas são distribuídas conforme o pico de ocorrências.

**POLÍCIA COMUNITÁRIA**

- a) A polícia é o público e o público é a polícia: os policiais são aqueles membros da população que são pagos para dar atenção em tempo integral às obrigações dos cidadãos;
- b) Na relação com as demais instituições de serviço público, a polícia é apenas uma das instituições governamentais responsáveis pela qualidade de vida da comunidade;
- c) O papel da polícia é dar um enfoque mais amplo visando a resolução de problemas, principalmente por meio da prevenção;
- d) A eficácia da polícia é medida pela ausência de crime e de desordem;
- e) As prioridades são quaisquer problemas que estejam afligindo a comunidade;
- f) A polícia se ocupa mais com os problemas e as preocupações dos cidadãos;
- g) O que determina a eficácia da polícia é o apoio e a cooperação do público;
- h) O profissionalismo policial se caracteriza pelo estreito relacionamento com a comunidade;
- i) A função do comando é inculcar valores institucionais;
- j) As informações mais importantes são aquelas relacionadas com as atividades delituosas de indivíduos ou grupos;
- k) O policial trabalha voltado para os 98% da população de sua área, que são pessoas de bem e trabalhadoras;
- l) O policial emprega a energia e eficiência, dentro da lei, na solução dos problemas com a marginalidade, que no máximo chega a 2% dos moradores de sua localidade de trabalho;
- m) Os 98% da comunidade devem ser tratados como cidadãos e clientes da organização policial;
- n) O policial presta contas de seu trabalho ao superior e à comunidade;
- o) As patrulhas são distribuídas conforme a necessidade de segurança da comunidade, ou seja 24 horas por dia;
- p) O policial é da área.

## CAPÍTULO II

### MODIFICAÇÕES NA GESTÃO DE POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Este capítulo abordará as modificações na gestão da política de segurança pública nos últimos anos, demonstrando a necessidade de um trabalho conjunto e de envolvimento das pessoas e dos órgãos de defesa social, além de verificar como esse conceito está inserido no cotidiano da segurança pública e quais mudanças têm ocorrido, na prática, no âmbito da PMMG.

#### 1. Transformações na Segurança Pública após Década de 90

A partir de 1988, muitas mudanças deram início com a nova constituição, que propôs um contexto político mais popular, mais democrático, mais suscetível ao processamento institucional de demandas sociais. Com isso, as agendas públicas passaram a ter a participação dos seus beneficiários e de acordo com as reivindicações populares de melhorias nas políticas públicas, não sendo diferente para a área de segurança pública.

As modificações oriundas da constituição indicaram a necessidade de uma reforma da estrutura de governo, de melhor integração setorial e autoridade política dessas estruturas. Assim, para integrar as várias áreas da administração, os governos municipais apresentam na atualidade uma organização dividida por secretarias e órgãos vinculados, sendo que cada secretaria cuida de um setor de governo e cada este, por sua vez, corresponde a uma área da vida social, com vistas a atingir melhor os objetivos traçados e mesmo, maior qualidade nos serviços prestados.

Um dos setores que tem sido discutido com destaque nas agendas governamentais em todos estados do Brasil é a questão da segurança pública, devido ao aumento das taxas de criminalidade e violência, principalmente, nos últimos 20 anos, em que estudiosos observaram que as taxas de mortalidade por homicídios cresceram consideravelmente.

Segundo dados do IBGE (2006), 598.367 pessoas foram vítimas de homicídios ao longo da década de 1990, sendo que esse valor representa 38,3% do total de mortes violentas, superando, inclusive as ocorridas em razão de acidentes de trânsito, as quais somaram

369.101 perdas. Importante destacar que a maioria das vítimas é jovens, do sexo masculino (93% do total) com idade entre 13 e 25 anos, residentes em comunidades com grandes níveis de crime e pobreza (OMS, 2002).

Diante desse cenário, o poder público em seus diversos níveis de governo tem procurado alternativas que permitam conter as taxas de criminalidade de tal forma que a vida em sociedade não venha a ser uma ameaça à população ordeira.

Vários autores das ciências sociais<sup>5</sup> vêm analisando a atuação das polícias brasileiras, relatando que de um modo geral, as instituições são ineficientes na prevenção e na repressão qualificada, principalmente, na investigação e confiabilidade da população. Segundo os pesquisadores a polícia erra por não planejar sua prática, nem corrigir seus erros e muitas vezes os profissionais não são apropriadamente qualificados e ou valorizados e as informações não são ordenadas de acordo com orientação uniforme que viabilize a cooperação para o resultado eficaz.

Contudo, na atualidade, na tentativa de buscar uma melhor efetividade dos resultados e uma minimização na ineficiência da prática das políticas, um dos ápices da área de gestão de segurança pública dos governos tem sido a implementação de projetos e programas em rede, isto é, uma junção de esforços de órgãos públicos e privados, além da comunidade em prol de um objetivo comum: o bem-estar social.

Diversos são os conceitos propostos para capturar a idéia de redes de implementação na política pública, que pressupõe uma perspectiva realista ocorrida em âmbito interorganizacional, e não a cargo de apenas um agente público. (Silva & Melo, 2000)

Para que o desenho estratégico da rede tenha sustentação política é necessário a identificação dos atores eficientes para uma legitimação social e sustentabilidade. Nesse modelo organizacional, todas as tarefas são realizadas através da divisão de trabalho, que relaciona todos os órgãos inseridos no programa ou projeto.

---

<sup>5</sup> BARRETP JR., T.; SAPORI, L.F.; SOUZA, L.V ; BENGOCHEA (2004); SOARES (2006); SAPORI (2006) e outros.



Dentro desta perspectiva, os autores Silva e Melo (2000, p.2) aplicam que “o conceito de redes de implementação é particularmente apropriado para capturar o fato de que as políticas públicas são implementadas fundamentalmente através de redes de agentes públicos e, cada vez mais freqüentemente, também por agentes não governamentais”.

Em um nível operacional geral, as políticas públicas são implementadas com envolvimento de todos os agentes<sup>6</sup>, desde o planejamento até a execução, sendo necessário uma reavaliação contínua para que o ciclo da política seja replanejado, caso necessário.

Para a autora Sônia Fleury, as redes intergovernamentais e interorganizacionais são vistas como “estruturas de interdependência envolvendo múltiplas organização ou partes, onde uma não é meramente o subordinado formal da outra em um amplo arranjo hierárquico”. (O’Toole, 1997 apud Teixeira, 2002, p.10)

De maneira geral, percebe-se que apesar das diversidades de objetivos, hoje, as instituições, seus agentes e/ou representantes possuem elementos comuns e modelos de gestão capazes de propor interação de estruturas descentralizadas e modalidades inovadoras de parcerias entre estatais e organizações empresariais e sociais.

Partindo dessa idéia, em Minas Gerais, várias têm sido as estratégias operacionais e sociais implementadas em parcerias com outros agentes públicos e privados, através da Polícia Militar, estratégias essas que inserem na filosofia da Polícia Comunitária, que busca parceria da comunidade na implementação das políticas de segurança pública.

No Estado, diversas mudanças ocorreram ao longo dos anos, principalmente a partir dos anos 90. Dentre elas, destaca-se a implementação do Grupo Especializado em Áreas de Risco – GEPAR, objeto de estudo deste trabalho, considerado uma alternativa contemporânea de segurança pública, por se tratar de um grupo que atua especificamente nos aglomerados e que propõe uma junção da força reativa com a preventiva, isto é, possui o objetivo principal de proteção social e intervenção estratégica em busca de redução efetiva da criminalidade local, principalmente, os crimes violentos, como homicídios.

---

<sup>6</sup> Agentes: Atores – governamentais e não-governamentais / Silva & Melo (2000 p.12),

Para sua efetividade, faz-se necessário o envolvimento de demais órgãos públicos como: Conselho Tutelar, Juizado de Menores, Polícia Civil, Programa Fica-Vivo, isto é, uma rede de implementação de política de segurança pública.

No geral, o projeto atua junto com o Programa de Controle de Homicídios Fica-Vivo, da Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDS, que nos últimos anos vem comemorando bons resultados desde a sua implantação. Para orientar e otimizar o seu trabalho, o GEPAR faz um mapeamento da região onde vai atuar para facilitar a localização de pontos críticos de criminalidade.

A filosofia do GEPAR está orientada em três características básicas: policiamentos comunitários, que se norteiam pelas ações preventivas com o envolvimento da comunidade; repressão qualificada, com atuação das polícias militar e civil e promoção social.

Dessa forma, dentre vários aprendizados, a PMMG, entendendo a necessidade de se trabalhar em rede na implementação dos projetos e programas da Instituição, está em constante adequação nas estratégias de treinamento e planejamento da atividade policial militar, especificamente, na eficiência policial e respeito aos direitos humanos.

A forma de atuação do GEPAR será apresentada no próximo capítulo, demonstrando que a implementação desse policiamento constitui uma das estratégias da Polícia Militar de Minas Gerais na busca da redução da criminalidade violenta.

## **2.1 Reforma na Polícia de Minas Gerais**

Em Minas Gerais, as transformações estruturais de governo também impactaram nas mudanças da atuação da Polícia Militar, que adotaram critérios de aproximação com a sociedade, no objetivo de melhoria na qualidade de vida da população. Essas mudanças refletiram na cultura organizacional da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG, que também deparou com a necessidade de criar novos mecanismos de combate à criminalidade. Além de uma melhor aproximação com a comunidade, os novos moldes contribuíram também para uma maior integração e fortalecimento corporativista com os demais órgãos públicos responsáveis pela defesa social.

Conforme conclui autor Vilas Boas:

Porém não é o suficiente apenas a participação da Polícia Militar de Minas Gerais na solução dos problemas de segurança pública relatados pela comunidade. O envolvimento de outros órgãos públicos ligados a esta questão é de fundamental importância para que a tranquilidade pública se manifeste. Este é um outro aspecto negativo detectado pela pesquisa, já que este envolvimento dos órgãos é muito pequeno[...] (VILAS BOAS, 2003, p. 50).

Reafirmando o que já é previsto na constituição, isto significa o reconhecimento de que a gestão da segurança não é responsabilidade exclusiva do Estado, mas da sociedade num todo.

Os debates recentes envolvendo novos modelos policiais referem-se exatamente às formas de viabilização desta parceria de trabalho. Experimentos frustrados demonstraram a insuficiência de iniciativas errôneas de reformas na estrutura administrativa policial. Constatou-se a necessidade de uma compreensão mais abrangente e realista da função da polícia, através do reconhecimento da discricionariedade e das dimensões não criminais do trabalho policial. Trabalha-se hoje no sentido de se identificar a natureza dessas tarefas e de se realizar as mudanças operacionais para que a polícia as desempenhe de maneira eficaz, que além do envolvimento da comunidade, faz-se necessário a participação e interação direta e contínua dos demais órgãos públicos de segurança.

Essas idéias se inserem no conceito de Policiamento Comunitário. O policiamento expressa uma filosofia orientada à divisão de responsabilidades entre a polícia e cidadãos no planejamento e na implementação das políticas de segurança. O conceito revela a consciência de que a construção de uma relação sólida e produtiva com a sociedade pressupõe um empenho da polícia em adequar as suas estratégias e prioridades às expectativas e necessidades locais (SKOLNICK & BAYLEY, 2002).

Em Minas, a PMMG implementou novas estratégias em 1991 e efetivou-se em 1993, com a Diretriz de Planejamento de Operações 3008/93, do Comando Geral da Polícia Militar, que normatizou o emprego do policial militar nas atividades de Policiamento Comunitário.

A nova forma de se fazer polícia ultrapassa a visão limitada de atender ocorrências ou efetuar prisões, embora estas também sejam de sua competência, exigindo um contato contínuo e sustentado com as pessoas da comunidade, de modo que possam, em conjunto,

explorar soluções para as preocupações locais de forma a envolver a comunidade num esforço para melhorar a qualidade de vida local e as principais estratégias são as seguintes:

- a) prioridade da atuação preventiva da Polícia Militar como atenuante de seu emprego repressivo;
- b) presença mais permanente do militar junto a uma determinada localidade;
- c) parceria e cooperação entre a Polícia Militar e a comunidade, na identificação dos problemas que lhes afetam, na sua discussão compartilhada e na busca de soluções conjuntas;
- d) agilidade nas respostas às necessidades de proteção e socorro da comunidade;
- e) preferência pelo emprego do policiamento no processo a pé, mais próximo e em contato mais estreito com as pessoas;
- f) resposta ao maior número possível de acionamentos, tendentes à sua totalidade;
- g) visão sistêmica da defesa social e da segurança pública e gestão compartilhada das políticas públicas;
- h) transparência das atividades desempenhadas pela polícia, de forma a permitir um maior controle pela população;
- i) atuação do militar como planejador, solucionador de problemas e coordenador de reuniões para troca de informações com a população;
- j) maior enfoque para a necessidade de um envolvimento comunitário, na busca da excelência organizacional da Polícia Militar. (MINAS GERAIS, 2002)

Assim, a base estratégica do Policiamento Comunitário é a comunidade, e para direcionar seus esforços, a polícia busca junto às comunidades os seus anseios e as preocupações das mesmas, a fim de traduzi-los em procedimentos de segurança pública.

### **2.1.1 Cultura Organizacional: Identidade Organizacional**

Partindo da premissa que toda sociedade possui um ambiente de regras, crenças, valores e tradições, onde as pessoas inter-relacionam em um ambiente social e sofrem dia-a-dia influências complexas durante o decorrer de suas vidas, podemos dizer que cultura é um termo amplo que pode ser vista e entendida de diferentes formas. (VILAÇA, 2003)

Na atualidade, percebe-se vários termos referentes a cultura organizacional, na tentativa de explicar o comportamento observável das pessoas, o sentimento e regras que regem a vida dentro das organizações.

Vê-se que, dentro da organização policial, as normas de conduta e expectativas são impostas sobre os membros de maneira que a hierarquia e disciplina formam os pilares da Instituição, e estes refletem no fortalecimento ideológico cultural.

Assim, podemos dizer que a Polícia Militar faz parte dessa transmissão de valores éticos, morais, culturais e ideológicos, não se tornando simplificado o entendimento dos seus membros quando essa Instituição com mais de dois séculos de tradições resolve efetuar

mudanças internas e externas, capaz de refletir na alteração de atitudes, valores, e na forma de participação dos componentes.

Até o final dos anos 80, a Instituição cumpria sua missão de preservação e manutenção da ordem pública, através da observação e levantamentos de registros de ocorrências, interagem com a população por meio das diversas modalidades de policiamento: a pé, montado, aéreo, e radiopatrulhamento, com um destaque para o policiamento a pé que era, a princípio, a modalidade mais próxima de interação e envolvimento comunitário.

Nos anos 90, após entender que a Instituição não era apenas prestadora de serviços públicos, mas uma empresa qualificada na gestão de segurança pública no Estado, e que esses serviços não atingiriam a eficácia se não tiverem a participação dos seus clientes, a PMMG, procurou buscar inovações estratégicas e metodológicas na gerência da sua política de segurança pública.

Além de permitir um maior envolvimento com a comunidade através do Policiamento Comunitário, a “empresa” enfrentou outro desafio em nível interno, criando nova identidade organizacional em 2005 que surgiu diante da crescente demanda pela modernização da sua estrutura organizacional. Trabalhou-se com muito afinco colhendo as opiniões de Oficiais, Praças e servidores civis, em todas as regiões do estado, culminando com a definição clara dos objetivos estratégicos da Instituição, com foco em seu negócio, na sua missão, sua visão e nos valores que cultua (MINAS GERAIS, 2004).

O negócio da PMMG é a busca da “promoção da paz social” e seu embasamento originou na manutenção da ordem pública prevista no art. 144 da Constituição Federal, pois se há um esforço entorno de manter ordem, significa que há uma busca de promover paz no Estado.

A visão da empresa foi definida em “sermos reconhecidos como referência na produção de serviços públicos e orgulho do povo mineiro”, termo que procurou refletir na percepção de como os profissionais da Instituição desejavam ser vistos como integrantes da comunidade e como instituição de promoção da paz social.

Os valores foram focados na “humanização, crescimento, participação, ética e respeito”, e somados, sustentam a hierarquia e disciplina da corporação os quais cultuados, diariamente, refletirão na promoção da paz social.

Assim, a missão que antes era direcionada na manutenção da ordem pública, hoje tornou-se mais abrangente: “proporcionar um ambiente seguro em Minas Gerais com a participação comunitária: protegendo a vida, reduzindo o crime e o seu medo e garantindo a lei”.

Dessa forma, as modificações culturais internas causaram reflexos diretos no contexto operacional externo. As atuais reformas ganharam reforço na premissa de que a eficácia de uma política de prevenção do crime e produção de segurança está relacionada à existência de uma relação concreta e positiva entre polícia e sociedade, todos juntos na busca da paz social.

### **2.1.2 Programa Educacional de Resistência a Drogas – PROERD: histórico**

O Programa Educacional de Resistência a Drogas - PROERD se baseia no projeto D. A. R. E. (Drug Abuse Resistance Education) criado em 1983 nos Estados Unidos, desenvolvido atualmente em 58 países e desde 2002 em todos os estados do Brasil. Tem como um de seus principais objetivos proporcionar o crescimento e o desenvolvimento global das crianças, tornando-os cidadãos críticos capazes de resistir as pressões para usarem drogas e ajudarem no processo de construção de um país melhor.

No Brasil, o programa foi implantado primeiramente no Rio de Janeiro e São Paulo de onde se expandiu para outros estados da Federação. Em dezembro de 2006 a câmara aprovou o projeto de lei do Executivo que oficializou o Programa, e a partir de então, ele foi institucionalizado pelo Governo do Distrito Federal.

Em Minas Gerais, o PROERD é desenvolvido pela Polícia Militar desde 1998, e iniciou-se na cidade de Uberlândia, de onde foi se expandindo para outras cidades do Estado. No final do ano 2002, o programa foi institucionalizado e implantado em todos Batalhões, servindo como importante aliado na redução da demanda pelo consumo de drogas.

Com caráter social preventivo, o Programa Educacional de Resistência a Drogas -- PROERD, é colocado em prática pela Polícia Militar, junto aos alunos da 4ª e 6ª séries do ensino fundamental de escolas particulares e públicas que encontram-se na faixa etária de 09 a 12 anos, através do esforço cooperativo entre Polícia Militar, Escola e família, oferecendo atividades educacionais em sala de aula, que inserem nas crianças a necessidade de desenvolver as suas potencialidades, ajudando a preparar para o futuro uma geração consciente do exercício de sua cidadania.

A metodologia do programa é desenvolvida em 17 lições, durante seis meses em sala de aula, onde trabalham a auto - estima das crianças tornando-as capazes de valorizar a vida e respeitar o próximo, aprendem técnicas especiais de relaxamento, concentração e dramatização.

Pesquisas científicas no mundo inteiro, realizadas por órgãos de renome, comprovaram a eficiência do programa, que é constantemente atualizado e adaptado à realidade de cada país, o que determina o seu elevado índice de aceitação pela comunidade, sendo um importante elo de aproximação e ligação entre a polícia e comunidade.

### **2.1.3 Conselho de Segurança Pública – CONSEP**

Outro grande avanço nas políticas públicas de segurança dentro da histórica corporação policial militar de Minas Gerais foi a criação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública – CONSEPs, sendo estes normatizados através da Diretriz de Produção de Serviços de Segurança Pública nº 05, no ano 2002, e suas finalidades são as seguintes:

a) Congregar as lideranças comunitárias, as autoridades policiais e as de outros órgãos públicos direta ou indiretamente ligados segurança pública, para a discussão e adoção de medidas práticas que resultem na melhoria da qualidade de vida das comunidades, especialmente aquelas que apresentem maior exposição a fatores de risco que interfiram na dignidade humana;

b) democratizar o planejamento das atividades de polícia ostensiva de preservação da ordem pública, no âmbito de cada município, para a definição de prioridades de segurança pública, no espaço de abrangência de cada CONSEP.(MINAS GERAIS, 2002, p 12-13)

Em Belo Horizonte e Contagem, os conselhos de segurança iniciaram suas atividades em 1999, com um marco importante que ganhou destaque dos demais estados brasileiros. Em Minas há maior participação da sociedade nas atividades de polícia, um grande avanço em direção à cidadania e democracia.

Os Conselhos Comunitários de Segurança são capazes de agregar os nobres valores de solidariedade. Assim, a idéia é que a comunidade envolvida na Defesa Social seja capaz de adotar medidas de auto-proteção, mobilizar-se contra as injustiças sociais, despertar-se para o espírito de solidariedade, uma relação de respeito e confiança entre a polícia e a comunidade.

#### **2.1.4 Integração Polícia Militar e Polícia Civil**

A segurança pública constitui-se em uma das grandes preocupações dos cidadãos e um desafio para as instituições policiais. A atuação isolada das polícias historicamente demonstrou que o modelo estava ultrapassado face à nova realidade vivida no Brasil, especialmente em Minas Gerais, onde sem apoio e parceria havia uma descontinuidade nas ações desenvolvidas, trazendo o descrédito junto à população ordeira. Uma das formas para a resolução desse problema foi a política da integração operacional e física das polícias militar e civil.

Em 2003, após a criação da Secretaria do Estado de Desenvolvimento – SEDES, foi possível a efetivação da integração da Polícia Militar e Polícia Civil em Minas Gerais, normatizada pela Lei Delegada nº 56, de 29 de janeiro de 2003, outro avanço na reforma das políticas de segurança pública em Minas, que permitiu melhores possibilidades de efetividade nas informações, através da agilização e a coordenação de procedimentos conjuntos e resultados eficazes.

A integração das organizações policiais e a valorização da atividade policial, constituíram um dos eixos estruturadores da nova política pública que, com a junção concluiu na implantação das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs), espaço geográfico utilizado para ações conjuntas das instituições, militar e civil, que envolve uma Companhia de Polícia Militar e uma Delegacia Distrital de Polícia civil. E na seqüência, um Batalhão de Polícia Militar com uma Delegacia Seccional da Polícia Civil, Áreas de Coordenação Integradas de Segurança Pública (ACISPs); e de um Comando Regional da Polícia Militar com um Departamento de Polícia Civil, denominado Região Integrada de Segurança Pública (RISP).

De forma conjunta, Polícia Militar e Polícia Civil procuram, através de reuniões, seminários e cursos, proporcionar um ambiente interativo para que todos os envolvidos no processo troquem e analisem informações, identifiquem problemas e demandas, articulando entre si para a busca conjunta da solução dos mesmos e estabeleçam metas e outras ações que tenham por foco a solução de problemas e a aproximação com a comunidade.



### **2.1.5 Treinamento Policial**

Como o crime e a violência não têm fronteiras, o policial passou a ser visto como um profissional necessário e integrante dos processos sociais, devendo agir sempre em razão da sociedade. Os valores profissionais do serviço policial têm mudado em todo o Brasil, principalmente nos Estados mais desenvolvidos, criando a necessidade de um profissional mais técnico e próximo da comunidade onde atua.

A Polícia Militar de Minas Gerais procurou intensificar e inovar o aprendizado voltado para o profissional de segurança, à medida que efetivamente perceberam que o aprendizado implica muito mais que absorver informações, ele cria novas soluções para problemas ainda não inteiramente definidos.

Para que o policial atue de acordo com os pressupostos da Polícia Comunitária é necessário um treinamento específico permitindo a ele analisar e arquitetar soluções para os problemas, atribuindo-lhe responsabilidade e autoridade real às suas condutas operacionais que envolvam a relação comunitária.

Esse conjunto de inovações realizadas na administração da Polícia Militar de Minas Gerais é uma estratégia de mobilização comunitária, havendo, em todas, a busca do compartilhamento dos problemas de segurança pública com o público externo . (MINAS GERASIS, 2004)

Espera-se, portanto, uma polícia eficiente que decorre exatamente do grau de preparo do profissional, que para atuar corretamente, diante do que a sociedade espera, deve estar preparado para o compromisso da sua missão, sendo um profissional completo.

### CAPÍTULO III

#### **GRUPO ESPECIALIZADO EM POLICIAMENTO EM ÁREA DE RISCO - GEPAR: POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA QUE VISA COMBATER OS HOMICÍDIOS NOS AGLOMERADOS DE MINAS GERAIS.**

Este capítulo explicita sobre o objeto de estudo desta pesquisa, o Grupo Especializado em Policiamento em Área de Risco – GEPAR, além de contextualizar a origem da Polícia Militar de Minas Gerais, a realidade dos aglomerados e a atuação do GEPAR no município de Contagem. Apresenta o local de delimitação da pesquisa e a filosofia do Programa Fica-Vivo, política pública implementada pelo Governo do Estado de Minas Gerias, do qual sua base é associada às atividades do GEPAR, demonstrando a visão destas estratégias para a redução do índice de homicídios nos aglomerados, através de ações de natureza preventivas e repressivas ao crime, e de mobilização social.

#### **1. A Instituição “Polícia Militar de Minas Gerais” - PMMG**

A Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG, instituída para a manutenção da paz social no Estado, já ultrapassou mais de dois séculos de existência como Instituição de Segurança Pública, com a função de proteger e socorrer a comunidade mineira. Atualmente a Instituição vem investindo no preparo profissional de seus integrantes, procurando fornecer ao militar a formação e o treinamento intelectual, moral e físico.

A PMMG originou-se do Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes (RCAT), que historicamente surgiu das primeiras Companhias de Dragões, esboçadas por Dom José I, em 1750, as quais tinham efetivos determinados e eram pagas como Tropa Real. As Companhias de Dragões foram retiradas dos Regimentos Reais de Lisboa, escolhendo-se os melhores homens experimentados em serviços de guerra e de polícia. Esse continente chegou em Vila Rica, atual Ouro Preto, em meados de 1719, com a finalidade principal de manter a ordem interna na Província das Minas Gerais e salvaguardar a livre ação do “Fisco Português” dentro do Brasil-colônia. As diligências policiais no interior da Província procediam à cobrança de impostos e ao patrulhamento da capital.

Em 09 de junho de 1775, foi instalado o Regimento Regular de Cavalaria de Minas (RRCM), no quartel de Xavier, sediado em Vila Rica em 1779, ainda no período colonial. O Regimento era atribuído de missões de natureza policial e militar. O policiamento se baseava em impedir o contrabando do ouro e escoltar o seu transporte até o Rio de Janeiro. Já a natureza militar consistia tanto em apoiar como mobilizar outras regiões do país, em caso de necessidade.

A fase imperial foi compreendida entre 1832 a 1893, iniciando-se assim o período republicano a partir de 1894. Durante esses períodos, a PMMG teve diversos nomes, sendo nomeada “Polícia Militar de Minas Gerais” em 18 de Setembro de 1946.

A República trouxe a militarização da Força Pública Mineira. Na capital do Estado e nas cidades sedes dos Batalhões, a Força Pública funcionava com alguma independência e possuía a determinação dos Exércitos que jamais conheceram a derrota. Contudo, nas cidades e vilas do interior, seus integrantes viviam a comando das políticas locais. Mas, como Força Pública militarizada e até então, aquartelada, surgiu, na capital e em algumas cidades maiores, as chamadas “Guardas Civis”, que se encarregariam do Policiamento Ostensivo.

A Polícia Militar mantinha seus Batalhões de Infantaria estruturados em Companhias de Fuzileiros, quando na realidade, seus efetivos se espalhavam pelas cidades, compondo os Destacamentos Policiais que eram subordinados aos Comandantes de Batalhões.

A Missão Constitucional de Manutenção da Ordem Pública foi garantida através do Decreto – Lei nº 667, de 02 de Julho de 1969, dando-lhes exclusividade do planejamento e execução do policiamento Ostensivo. Criada há 234 anos, a PMMG tem sua missão estabelecida conforme o seguinte dispositivo constitucional federal:

*Artigo 144 - A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:*

*I - Polícia Federal*

*II – Polícia Rodoviária Federal*

*II – Polícia Ferroviária Federal*

*IV – Policiais Civis*

*V – Policiais militares e corpos de bombeiros militares*

*§ 5º - Às Polícias Militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos Corpos de Bombeiros Militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução das atividades de defesa civil.*

*Constituição do Estado de Minas Gerais:*

*Artigo 142 - A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, forças públicas estaduais, são órgãos permanentes, organizados com base na hierarquia e na disciplina militares e comandados, preferencialmente, por oficial da ativa do último posto, competindo:*

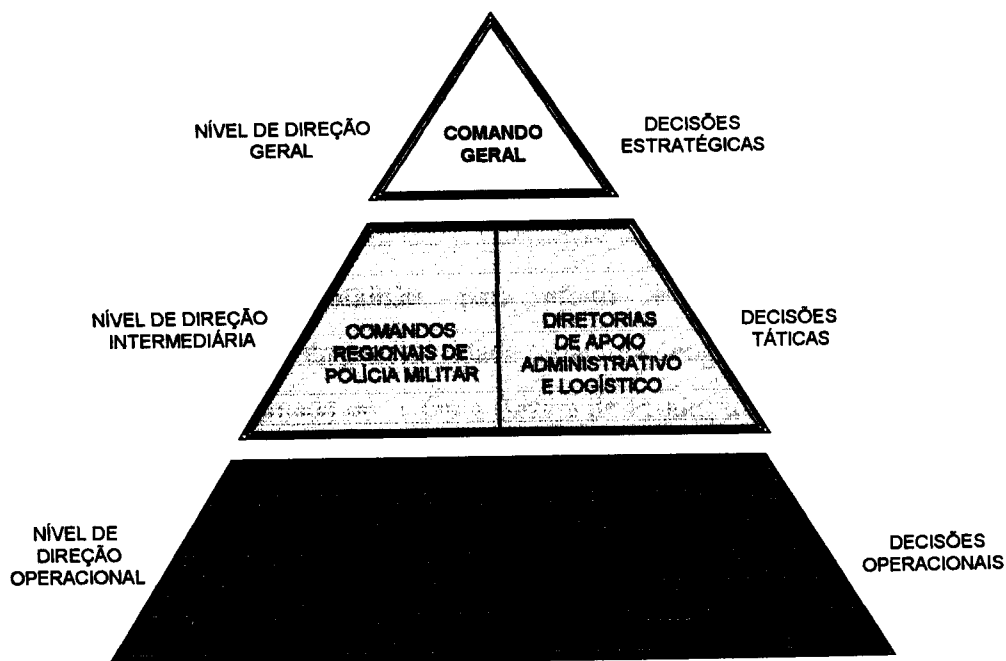
*I - À Polícia Militar, a polícia ostensiva de preservação criminal, de segurança, de trânsito urbano e rodoviário, de florestas e de mananciais e as atividades relacionadas com a preservação e restauração da ordem pública, além da garantia do exercício do poder de polícia dos órgãos e entidades públicos, especialmente das áreas fazendária, sanitária, de proteção ambiental animal, de uso e ocupação do solo e de patrimônio cultural;*

*II - À Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros Militar, a função de polícia judiciária militar, nos termos da lei federal. (BRASIL, 1988).*

Segundo o escalonamento, a Instituição organiza-se nos níveis estratégico, tático e operacional, sendo subdividida pelas funções: atividade-fim e atividade-meio, além da operacionalidade por território, conforme localização geográfica de suas Unidades, articulando-se em Regiões, Áreas, Subáreas e Setores, isto é, espaços geográficos, que circunscrevem os locais de responsabilidade atribuídos às Frações PM.

A figura abaixo demonstra a organização da PMMG, contemplando os três níveis principais de decisão, estruturados no contexto militar, sob o enfoque da atividade operacional e da atividade administrativa ou de apoio:

Figura I – Organograma da PMMG



FONTE: ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL DA PMMG, 2009

### 1.1.1 Batalhão e Companhia: Articulação

O ambiente contemporâneo vem exigindo das instituições governamentais a execução de tarefas e a prestação de serviços cada vez mais complexos, em ambientes que se transformam continuamente e para uma população que, começando a tomar consciência de sua cidadania, passa a exigir o respeito aos seus direitos e o atendimento de suas necessidades com presteza e qualidade.

A produção de segurança pública pela Polícia Militar de Minas Gerais, especificamente em Contagem, Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, abrange a totalidade de seu espaço territorial para planejamento, direção e controle de ações e operações de Polícia Ostensiva.

A cidade, por suas dimensões, possui regiões específicas que se diferenciam entre si, do qual, medidas de proteção efetivadas com sucesso em um bairro, poderão não surtir efeitos em outros, em decorrência de suas características próprias.

Atualmente, Contagem está dividida em duas áreas de policiamento básico, cada uma atribuída a um Batalhão de Polícia Militar (BPM), 18º BPM e 39º BPM, áreas que por sua vez, estão subdivididas em subáreas de responsabilidade de uma Companhia de Polícia Militar – Cia PM.

Considera-se Batalhão, para efeito de diagnóstico, planejamento, controle operacional e avaliação de produtividade toda área geográfica de uma Unidade num todo, que pode também ser chamada de “Célula Básica de Produção de Segurança Pública” e “Unidade Básica de Policiamento” é o espaço geográfico de uma Companhia, pois ela é responsável por uma área de um Batalhão e co-responsável pela sua produção operacional. Assim, as atividades de polícia ostensiva são desencadeadas como um enfoque e perspectiva local.

Essa pesquisa foca a Unidade do 18º Batalhão de Polícia Militar, área norte de Contagem, que possui como característica grande concentração de aglomerados urbanos, com incidência de crimes violentos (homicídios, assaltos à mão armada, a estabelecimentos comerciais e residências, tráfico de entorpecentes e outro delitos).

Dentro da área do 18º Batalhão, destaca-se as subáreas da 38ª Cia PM Esp, responsável pelo policiamento do bairro Nova Contagem e adjacências, e 131ª Cia PM Esp, responsável pela área da região do bairro Ressaca, sendo o efetivo da Companhia responsável pelo gerenciamento e administração das ações e operações preventivas e repressivas de preservação da ordem pública. Nas duas companhias foi implantado o GEPAR para atuação de acordo com a Instrução n.02, de 2005, do Comando Geral da PMMG.

## **1.2 O município de Contagem e o 18º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais – um Breve Histórico**

A cidade de Contagem destaca-se ao lado da capital do Estado, e está integrada aos municípios que compreendem a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), apresentando uma população estimada em 700 mil habitantes.

O processo de industrialização propiciado pela atuação do Estado fomentou um aumento de imigrantes em busca de emprego, que contribuiu para o crescimento da cidade, transformando-a num dos maiores pólos industriais do Brasil.

Contraopondo-se a esse dinamismo, surgem os grandes problemas sociais, como a falta de investimentos em serviços de infra-estrutura urbana, ampliação da rede de serviços de educação e saúde, programas habitacionais, segurança, entre outros.

Tratando-se de segurança pública, registra-se que desde os anos 70, a Polícia Militar de Minas Gerais efetuava o Policiamento Ostensivo na região através de uma companhia de polícia militar pertencente ao 5º BPM.

Assim, devido a modernização constante, crescimento da população e, conseqüentemente, aumento da violência e criminalidade, necessitou-se criar um batalhão de polícia na cidade, o 18º Batalhão de Polícia Militar, com um efetivo logístico e humano aumentado e treinado, capaz de combater a desordem que se alastrava, isto é, garantir a segurança pública da população contagense.

O 18º Batalhão foi criado através do Decreto Estadual nº 22.063, de 24 de maio de 1982, na data de 17 de agosto de 1982, com o objetivo de manter a ordem pública em várias cidades da RMBH, restringindo-se a Contagem. Contudo, desde meados de 2007, devido ainda ao crescimento populacional e aumento desordenado da criminalidade, uma nova Unidade foi criada na cidade, o 39º BPM, dessa forma, o 18º BPM assumiu a responsabilidade territorial da área norte de Contagem e o outro Batalhão, recém criado, a cargo do policiamento ostensivo na área sul da cidade.

O 18º BPM efetua o policiamento através da 38ª Cia PM Esp (Nova Contagem), 39ª Cia PM (Nacional), 131ª Cia PM Esp (Ressaca); 133ª Cia PM Esp (Centro) e 25ª Cia TM (Tático Móvel), as quais realizam diversos processos de Policiamento Ostensivo, dentre eles:

radiopatrulhamento, motopatrulhamento, ciclopatrulhamento e policiamento a pé, todos desenvolvidos de acordo com a demanda estratégica de policiamento demonstrada pela modernidade do geoprocessamento. A tarefa de ensino e treinamento do efetivo fica a cargo da 154ª Companhia de Ensino e Treinamento.

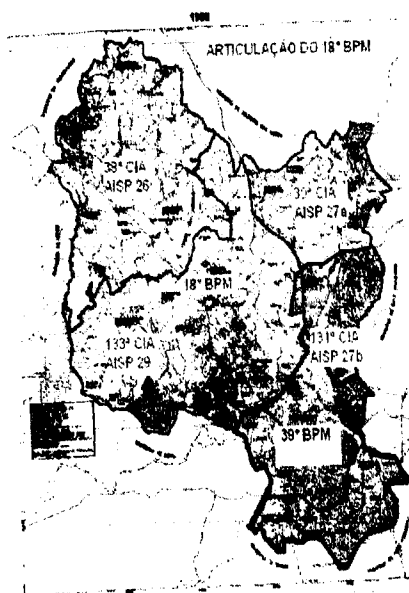
Na tentativa de minimizar a violência e a criminalidade, e ainda manter uma maior aproximação com a comunidade local, o Batalhão desenvolve vários programas sociais: a Patrulha de Prevenção às Drogas, que realiza palestras para alunos de escolas e presta auxílio na recuperação de usuários de drogas, enquanto o Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência – PROERD, atua nas Escolas inseridas na área da Unidade, para criança da 4ª série escolar.

Outro projeto social que merece destaque é a “Transitolândia Zé Pedal”, que recebe em média mil crianças por mês, de diversas escolas, igrejas, creches e empresas de Contagem, Belo Horizonte, RMBH e interior, cuja finalidade é conscientizar as crianças a respeito da segurança no trânsito, problemas ambientais e prevenção ao uso de drogas.

Relacionando os projetos sociais citados aos objetivos do Policiamento Comunitário, apontados na Diretriz de Produção e Serviços de Segurança Pública 04/2002, percebe-se que os novos moldes propostos tem sido implementados e executados, como por exemplo, a aplicação de iniciativas preventivas junto a comunidade visando a resolução de problemas locais, que é uma transformação notória na gestão estratégica devido a permissão da aproximação da sociedade com as atividades de polícia, o que se diferem das experiências tradicionais.



## Mapa I – Mapa da área do 18º Batalhão de Polícia Militar



Fonte: Seção de Planejamento e Operações do 18º BPM (2009)

### 1.2.1 38ª Companhia de Polícia Militar Especial

A 38ª Cia PM Especial do 18º BPM está instalada provisoriamente na Av. VP1, nº 1137, Bairro Retiro, região noroeste de Contagem, sendo que está em construção em Nova Contagem a futura sede da 38ª Cia Especial no prédio da Área Integrada de Segurança Pública (AISP 26) onde também funcionará a 5ª Delegacia Distrital da Polícia Civil (PC).

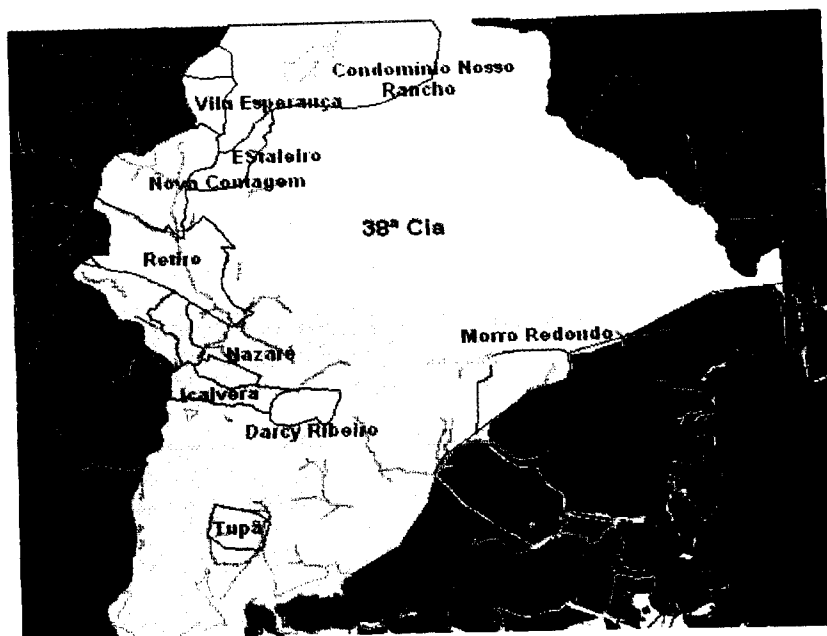
Na subárea está instalada a Penitenciária Nelson Hungria. Destaca-se o comércio local com o centro comercial da Av. VP 1, na Praça ABC, com supermercados, duas casas lotéricas, lojas de móveis e depósitos de materiais de construção. O aspecto positivo a ser considerado é que nos bairros Nova Contagem, Vila Ipê Amarelo, Darcy Ribeiro e Condomínio San Remo, existem várias Organizações Não Governamentais atuando junto às comunidades locais, destacando a atuação da “Casa de Apoio”, Projeto “Crescer” e as oficinas do “Programa Fica Vivo!”.

Para fazer frente à criminalidade na subárea da 38ª Cia PM Esp, é lançado Policiamento Ostensivo diuturnamente, nas modalidades a pé, motorizado e ciclopatrolha. O policiamento é distribuído de forma racional e planejado entre os setores de policiamento, sendo desencadeadas operações diversas, além do policiamento ordinário para reduzir os índices de criminalidade na subárea. As principais operações desenvolvidas, além das previstas pelo escalão superior, são as Batidas Policiais nos aglomerados e locais de maior

incidência criminal, Operações Presença nos locais destacados pelo geoprocessamento e intensificação do Policiamento Comunitário através do policiamento à pé e de motopatrulhamento como forma de estabelecer parceria com a comunidade ordeira. Também são executadas reuniões periódicas para troca de informações e operações conjuntas com os demais órgãos de defesa social com vistas à prisão de autores de delito.

Em complementação ao policiamento ordinário foi lançado na subárea o Grupo Especializado em Área de Risco (GEPAR), o Grupo Tático da Companhia (GTC), o Patrulhamento Escolar, o Policiamento Motorizado que é lançado em viaturas de quatro e duas rodas e junto às demais modalidades de policiamento buscam assegurar a tranquilidade pública.

Mapa II – Mapa da área do 38ª Cia PM Esp



Fonte: Seção de Planejamento e Operações do 18º BPM (2009)

### 1.2.1 131ª Companhia de Polícia Militar Especial

A 131ª Cia PM Esp subordina-se ao 18º BPM / 2ª RPM e tem a incumbência de realizar o Policiamento Ostensivo na região norte da área do batalhão. Situa-se na Rua



### **1.2.2 Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco - GEPAR**

A prática comum de atuação da Polícia Militar em áreas de risco é a ocupação no aglomerado por um contingente significativo de policiais, realizando abordagens pontuais de repressão do crime com a finalidade de combater o tráfico de substâncias entorpecentes, apreensão de armamentos irregulares e identificação e prisão de homicidas contumazes.

Anteriormente, a ação policial nesses espaços geográficos era concebida, planejada e executada a partir da filosofia militarista, orientada por estratégias e táticas operacionais pontuais, caracterizada pela dinâmica operacional de incursões policiais planejadas, às vezes aleatórias, ou pela ocupação policial.

Essa atuação era totalmente desprovida de interatividade com a comunidade, ações de natureza exclusivamente repressivas que objetivava impedir a atividade criminosa, sem as informações valiosas da comunidade, conhecedora de seus problemas.

Assim, o Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco – GEPAR surge como uma nova forma de atuação nos aglomerados, com característica constante de permanência nos aglomerados, promovendo a segurança subjetiva e objetiva, através de uma interação com a comunidade a fim de conhecê-la, entendê-la a partir das causas que geraram o problema, e assim juntamente com os moradores, traçar estratégias que visem uma melhoria contínua da qualidade de vida da comunidade.

Sua missão é:

Executar o policiamento ostensivo diuturno dos aglomerados, vilas e locais violentos (áreas de risco), onde os números evoluem para um quadro de descontrole, bem como outros crimes violentos, devidamente constatados pela Secretaria Estadual de Defesa Social (SEDS) ou outros órgãos do sistema de defesa social, bem como atuar diretamente na prevenção de crimes violentos, em especial, homicídios e o tráfico ilícito de entorpecentes no interior desses locais.” (INSTRUÇÃO nº 02, 2005, p. 09)

#### **1.2.3.1 Origens do GEPAR**

A origem do GEPAR deu-se através de um projeto piloto que foi implementado no aglomerado Morro das Pedras, área do 22º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais, em

Belo Horizonte, no ano de 2002, que tinha como objetivo principal a proteção social e a intervenção estratégica no aglomerado em busca da redução efetiva de homicídios que cresciam descontroladamente na região. Na época, o grupo espelhou-se nos moldes do Grupamento em Áreas Especiais – GPAE, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, que com notáveis resultados, atuava nos projetos dos aglomerados: Cantagalo, Pavão – Pavãozinho, Jardim Ângela, Bairro Perpétuo Socorro e Morro dos Quadros, todos do Estado do Rio.

Em 2003, a Secretaria Nacional de Segurança Pública proporcionou treinamentos específicos em Policiamento Comunitário, Direitos Humanos para os policiais do GEPAR, bem como de outros policiais que atuariam nos demais aglomerados urbanos.

No ano de 2005, a PMMG procurou normatizar o projeto, estendendo-o para outros aglomerados da capital mineira, para atuação em aglomerados e vilas, na contenção de crimes de homicídio e/ou crimes violentos, com ênfase na prevenção, respeito aos direitos humanos e envolvimento comunitário.

### **1.2.3.2 GEPAR do 18º BPM**

No 18º BPM, o grupo atua na 38ª Cia PM Esp, região de Nova Contagem, desde o ano de 2005, nos aglomerados dos bairros: Vila Esperança, Vila Ipê Amarelo, Vila Soledade, Vila Feliz, Vila Renascer e Estaleiro; na 131ª Cia PM Esp, foi criado ano de 2006, atuando na Vila Pérola e Jardim Balneário, aglomerados do bairro Ressaca.

O enfoque do policiamento é eminentemente preventivo, direcionado para a resolução dos problemas, identificando suas causas em parceria com as lideranças comunitárias e buscando possíveis soluções. Essa concepção inovadora para a atividade policial determina uma execução pautada segundo pilares da prevenção, repressão qualificada e promoção social.

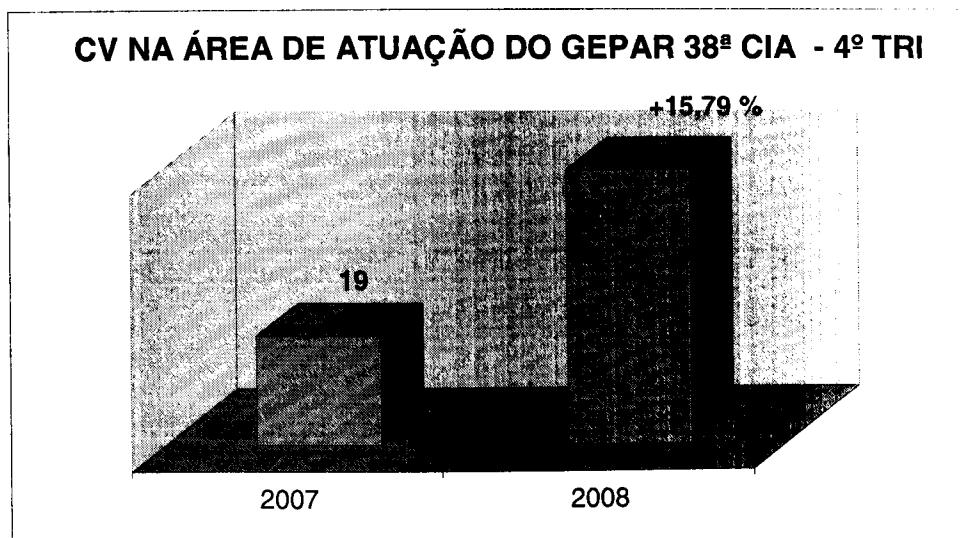
Dessa forma, a Polícia Militar, através do GEPAR, procura diferenciar o cidadão de bem do cidadão infrator infiltrado nos aglomerados, com a participação e envolvimento da comunidade, relacionamento este que tem contribuído para o alcance de resultados positivos na prevenção do crime e da violência.

Apesar de a PMMG buscar esforços contínuos para o aprimoramento e aperfeiçoamento dos militares que compõem o GEPAR, percebe-se que de acordo com a maioria dos ambientes de atuação do grupo, nem sempre é possível uma resposta eficiente, devido a ausência ainda, do Centro de Referência do Cidadão (CRC), centro proposto em 2003, pela SENASP, e Programa Fica-Vivo, um programa de Controle de Homicídios criado pelo Governo do Estado de Minas Gerais no mesmo ano, que possui o objetivo de buscar ações integradas entre os órgãos executivos federal, estadual e municipal, do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual, bem como das organizações não-governamentais de atendimento ou assistência social e da sociedade em geral.

Os dados estatísticos que serão mostrados nos gráficos abaixo, são referentes às taxas de crimes violentos e situação dos homicídios no 4º trimestre do ano 2007, comparados ao 4º trimestre do ano de 2008, da área de atuação do GEPAR da 38ª Cia PM Esp e 131ª Cia PM Esp. De acordo com a Seção de Planejamento e Operações do 18º BPM, responsável pelas estatísticas de geoprocessamento da área, no momento, somente é possível a verificação comparativa nessas épocas, devido à nova modalidade de lançamento e atendimento de ocorrências policiais, instalado em 2008, o Registro Eletrônico de Defesa Social (REDS), que é um novo sistema de registro de Boletim de Ocorrências (BO) integrado de defesa social.

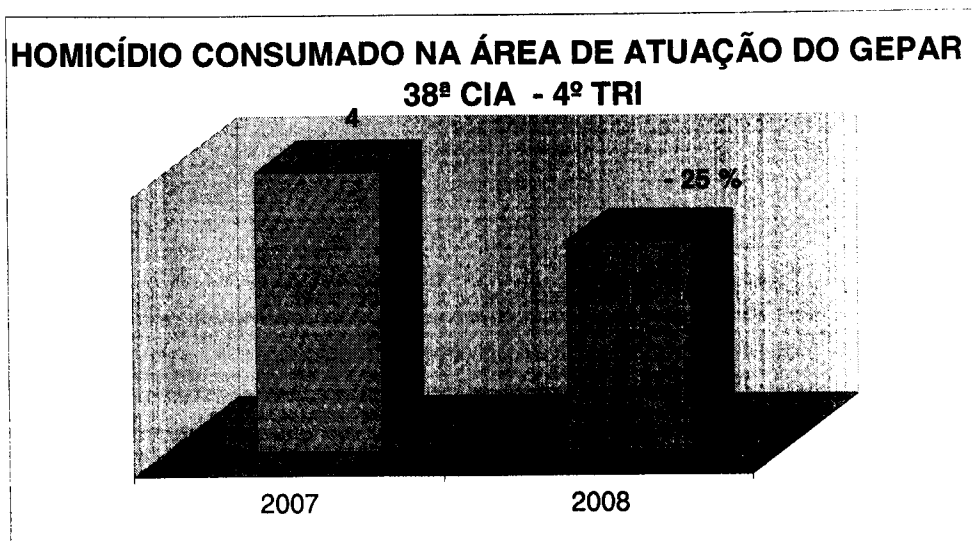
Observa-se que na área da 38ª Cia PM Esp, região de nova Contagem, de acordo com os dados estatísticos, avaliando os crimes violentos (homicídios, assaltos à mão armada, estupros dentre outros ) há um acréscimo em 2007, comparado ao mesmo período do ano de 2008, diferente quando estes crimes violentos são destacados em relação ao crimes de homicídios consumados, no qual verifica-se uma redução apontada ainda no mesmo período.

Gráfico VI - Crimes Violentos na área de atuação do GEPAR da 38ª Cia PM ESP / 4º Trimestre ano 2007/2008



Fonte: Seção de Planejamento e Operações do 18º BPM (2009)

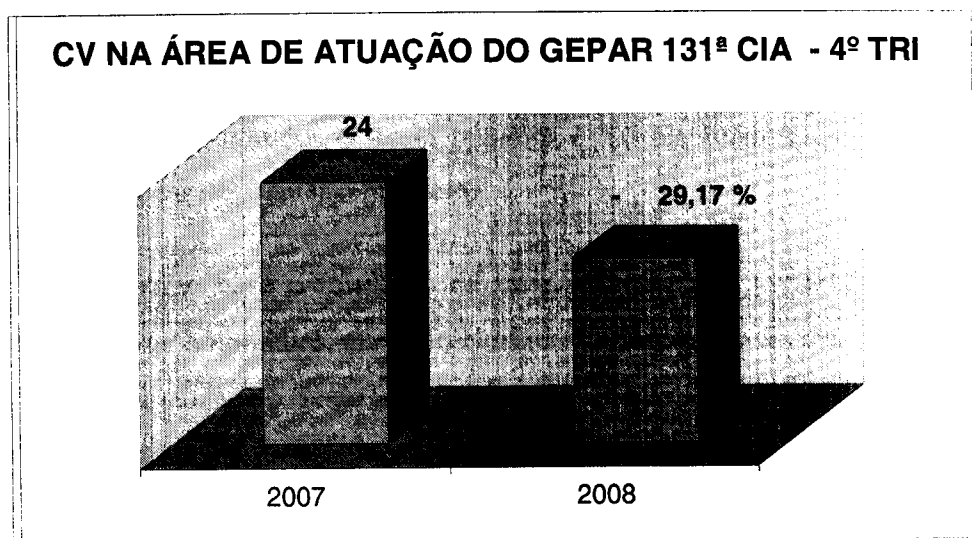
Gráfico VII – Homicídios Consumados na área de atuação do GEPAR da 38ª Cia PM Esp



Fonte: Seção de Planejamento e Operações do 18º BPM (2009)

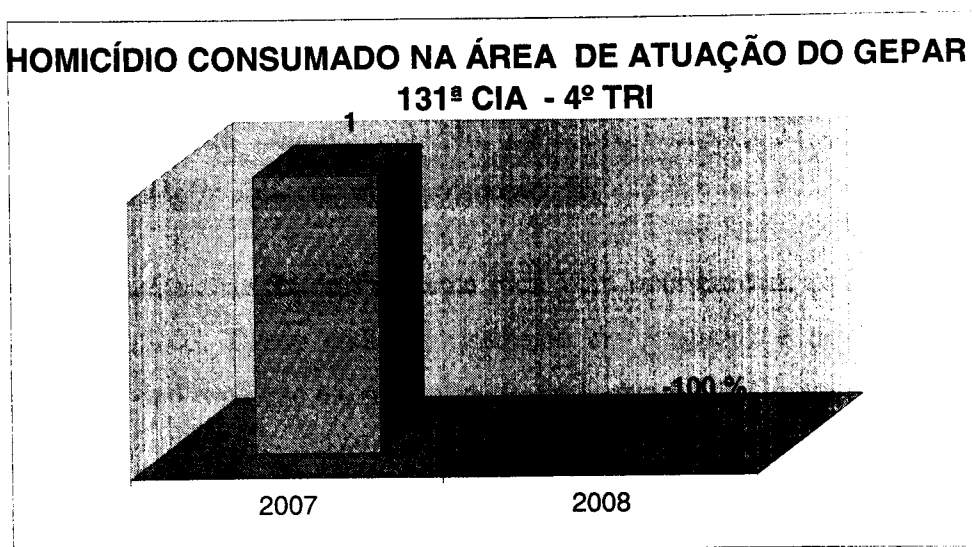
Tratando-se do GEPAR da 131ª Cia PM Esp, da região do bairro Ressaca verifica-se um decréscimo tanto na criminalidade violenta, como na taxa de homicídios consumados, no mesmo período (4º Trimestre de 2007/2008), como pode ser observado nos gráficos abaixo:

Gráfico VIII - Crimes Violentos na área de atuação do GEPAR da 131ª Cia PM ESP /  
4º Trimestre ano 2007/2008



Fonte: Seção de Planejamento e Operações do 18º BPM (2009)

Gráfico IX - Homicídios Consumados na área de atuação do GEPAR da 38ª Cia PM  
ESP / 4º Trimestre ano 2007/2008



Fonte: Seção de Planejamento e Operações do 18º BPM (2009)



### 1.2.4 Programa Fica Vivo

Na década de 1990, os grandes centros urbanos experimentaram um grande desordenamento na criminalidade violenta, principalmente um aumento no índice de homicídios. O aumento das mortes violentas colocou essa temática no centro da agenda política brasileira, exigindo dos gestores públicos e dos elaboradores de políticas a busca de novas alternativas para enfrentar o problema.

Tendo como base o resultado de uma pesquisa que apontou um crescimento de 100% no número de homicídios, em Belo Horizonte, entre o ano de 1997 e 2001, o Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da UFMG – CRISP, diagnosticou e elaborou um plano de intervenção para redução do número de homicídios, estrategicamente dividido em duas frentes de trabalho. de mobilização social.

Na época, o projeto foi implementado em parceria com as Polícias Militar e Civil de Minas Gerais, Polícia Federal, Ministério Público, Prefeitura de Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, SEBRAE, Câmara de Dirigentes Logistas, organizações não governamentais, movimentos sociais e comunidade local.

O conceito do projeto é transformar as ações repressivas em ações preventivas, numa proposta de estruturação em rede, na qual vários atores sociais agem de forma integrada e articulada visando um objetivo coletivo, com envolvimento da comunidade, tanto na elaboração de estratégias como na sua implementação.

A institucionalização do Programa Fica-Vivo ocorreu com a publicação do decreto 43.334 de 20/05/2003. Desde então, a condução do programa é de responsabilidade da Superintendência de Prevenção à Criminalidade, da Secretaria de Defesa Social (SEDES).

De acordo com o artigo 7º do Decreto, a coordenação municipal terá a seguinte composição:

- I - 1 (um) representante da Prefeitura Municipal;*
- II - 1 (um) representante da Câmara Municipal;*
- III - 1 (um) representante do Ministério Público do Estado de Minas Gerais;*
- IV - 1 (um) representante do Poder Judiciário;*
- V - 1 (um) representante da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais;*
- VI - 1 (um) representante da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais;*
- VII - 1 (um) representante da sociedade civil organizada, indicado por*

*associações comunitárias, regularmente constituídas e em funcionamento há, no mínimo, 2 (dois) anos.”(MINAS GERAIS, 2003)*

De acordo com o Decreto Estadual, os atores envolvidos no artigo 7º, reúnem-se mensalmente para definir ações de prevenção e repressão nas áreas de risco, cujos indicadores de criminalidades violentas os justifiquem, delimitando ações integradas dos poderes executivos federal, estadual e municipal, do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual, bem como das organizações não-governamentais de atendimento ou assistência social e da sociedade em geral.

O Decreto explicita também:

*“Os grupos de trabalho atuarão de forma articulada, planejando e executando ações que visem a diminuição da violência nas comunidades contempladas pelo Programa de Controle de Homicídios.”(MINAS GERAIS, 2003).*

Percebe-se que os objetivos do GEPAR estão entrelaçados à filosofia do Programa Fica-Vivo, ambos visam a redução do índice de homicídios nos aglomerados, através de ações de repressivas ao crime e de mobilização social.

Em Contagem, até então, o Programa Fica-Vivo atua na comunidade de Nova Contagem, subárea da 38ª Cia PM Esp.

Assim, o GEPAR desenvolverá e participará de projetos sociais que visem a interação da comunidade com a Polícia Militar e demais órgãos do sistema de defesa social, com vistas a melhorar o relacionamento e a visão dos moradores destes locais com a polícia e resgatando a dignidade das pessoas. Como ações, cita-se a mobilização da comunidade para participar dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública – CONSEP, fazendo gestão co-participativa, desenvolvimento de projetos em parceria com a comunidade para minimizar o sofrimento das pessoas carentes de áreas de risco, utilização de escolas, repartições públicas e/ou particulares como base nas áreas de risco para servir de aproximação e despertar o sentimento de ajuda por parte da população junto ao GEPAR.

Enfim, o GEPAR dará suporte, no que se refere a segurança pública, às atividades de promoção social desenvolvidas em áreas de risco, coordenadas por outros órgãos do poder executivo, participando de forma integrada, conquistando a simpatia e a confiança dos moradores, além de trabalhar na raiz da questão social, que hoje afeta sobremaneira a questão de segurança pública.

## CAPÍTULO IV

### METODOLOGIA, APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Este capítulo apresentará a metodologia utilizada, a análise e interpretação das entrevistas realizadas com os militares do 18º Batalhão de Polícia Militar que atuam no GEPAR e representantes dos órgãos de defesa social e líderes comunitários.

#### 1. Metodologia

Os critérios de pesquisa a que se refere o método de abordagem foram realizados através de entrevistas monoloca intencionais com vistas a se proceder a uma análise crítica do GEPAR empregado na área norte do município de Contagem. As entrevistas foram realizadas com os militares do 18º Batalhão de Polícia Militar que atuam no GEPAR e representantes dos órgãos de defesa social e líderes comunitários.

O ânimo para investigar sobre o tema desta pesquisa surgiu após observações quanto à atuação dos militares empregados no GEPAR, pois se notou sinais de desmotivação desse efetivo quanto ao alcance dos objetivos de sua missão, de acordo com a doutrina interna da PMMG, para a qual foi lançado esse grupo, daí a formulação do problema dessa pesquisa: **o treinamento e atuação dos militares empenhados no GEPAR aliado ao apoio dos órgãos de defesa social têm sido eficazes para o cumprimento da filosofia/doutrina que regula o emprego desse grupo?**

Logo, a hipótese foi construída: **o treinamento e a atuação dos militares empenhados no GEPAR em consonância com os órgãos de defesa social não estão sendo suficientes e eficazes para o alcance dos objetivos propostos na doutrina de emprego do grupo.**

A variável dependente está relacionada ao treinamento e atuação dos militares do GEPAR apoiados pelos órgãos de defesa social e a variável independente refere-se à eficácia do grupo no alcance dos resultados, de acordo com a filosofia/doutrina interna da PMMG em relação à criação e emprego desse grupo.

A pesquisa é de natureza qualitativa, utilizando-se para a coleta de dados a entrevista entre os militares do 18º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Contagem, que são empregados no GEPAR bem como aos representantes de órgãos que compõem o sistema de defesa social e que se relacionam com estes militares.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva, bibliográfica e documental e o método é hipotético-dedutivo.

## **2. Apresentação, análise e interpretação dos dados**

### **2.1 Análise e interpretação das respostas dos militares empregados no GEPAR, na área norte de Contagem, sob responsabilidade do 18º Batalhão de Polícia Militar.**

A entrevista teve a finalidade de buscar opiniões de quinze militares, integrantes do Grupo de Policiamento em Áreas de Risco – GEPAR/18º BPM, em relação ao relacionamento do GEPAR com a comunidade local, lideranças comunitárias e órgãos públicos que participam diretamente da filosofia/doutrina que regula o grupo. Para cada pergunta foram analisadas as respostas dos militares e a interpretação será descritiva.

Para as perguntas abaixo as respostas dos militares serão apresentadas levando em consideração as opiniões comuns e ressaltando-se pontos importantes para as considerações nesta pesquisa:

2.1.1 Há quanto tempo faz parte do GEPAR e como ocorreu sua indicação para atuação no grupo?

*Entre os quinze militares, oito têm de 1 a 3 anos de serviço, quatro têm menos de 1 ano de serviço e três militares têm de 3 a 5 anos de serviço. Prevaleceram os critérios do voluntariado para trabalhar no GEPAR.*

2.1.2 Para você, o que é GEPAR? Quais são as suas finalidades?

*A idéia dos militares entrevistados é a de que o GEPAR é um grupo especializado para atuação em áreas de risco com vistas à redução da criminalidade nesse local, através da prevenção e da repressão qualificada, além do contato direto com a comunidade e com outros órgãos que se interagem na solução das ocorrências e problemas do local de atuação.*

2.1.3 Você possui curso específico de GEPAR? Em que ano ocorreu?

*Verificou-se que nove dos quinze militares empregados no GEPAR/18º BPM não possuem curso específico para a atuação e seis militares realizaram curso entre 2004 e 2008.*

2.1.4 Já participou de algum treinamento para o GEPAR? (encontros, seminários, conferências e outros). Se sim, relate de que forma o curso possa ter contribuído ou não para a efetividade da atuação da doutrina do GEPAR.

*Dos quinze militares, seis não participaram de nenhum treinamento e nove já participaram, com as seguintes observações:*

*Encontro Projeto Fia-Vivo – estreitando o relacionamento com este órgão;*

*Ganhando experiência de outras unidades;*

*Aumentando o conhecimento sobre a forma correta de atuação do GEPAR;*

*Importância do trabalho preventivo;*

*Conduta operacional do GEPAR – redução de erros.*

2.1.5 Você conhece a Instrução 02/05, que trata sobre a atuação do GEPAR? Se sim, em qual das características básicas de atuação o grupo está direcionado?

*Quatro militares não responderam essa pergunta levando a crer que não conhecem a Instrução 02/05.*

*Os outros onze militares disseram sobre as seguintes características básicas:*

*Trabalho ostensivo, preventivo e comunitário;*

*Relacionamento com a comunidade e demais órgãos da sociedade;*

*Controle de homicídios nas áreas de risco;*

*Trabalho preventivo, repressão qualificada e promoção social;*

2.1.6 De acordo com sua percepção, como é a receptividade das pessoas que compõem a comunidade perante a atuação do grupo? Relate sobre o assunto.

*A visão dos quinze militares em geral é que a receptividade do GEPAR é boa; que logo após o lançamento do grupo nos aglomerados houve certa resistência; depois, com o tempo, a comunidade passou a olhar a presença da guarnição de forma positiva, pois a presença constante dos militares gerou uma sensação de segurança às pessoas de bem.*

2.1.7 Como é o seu relacionamento (envolvimento) com os líderes comunitários local? Quais líderes comunitários conhece? E como é a receptividade dos líderes no seu setor de atuação?

*Três militares disseram que os líderes comunitários temem represálias por parte de agentes moradores dos aglomerados em relação a esse relacionamento com os militares do GEPAR. Os outros doze militares disseram que o relacionamento é bom, contudo; há necessidade de que essas pessoas tenham conhecimento da doutrina do GEPAR.*

*A maioria dos militares conhece o líder comunitário, geralmente Presidente de Associação de Bairro e disseram que a receptividade é boa, mas que há necessidade de um estreitamento no relacionamento e na troca de informações.*

2.1.8 Em uma ocorrência policial em andamento, e que necessita do envolvimento de outros órgãos públicos para seu desfecho, você procura estes órgãos? Qual a sua percepção quanto ao atendimento/envolvimento com a ocorrência que necessita destes órgãos?

*Bem atendidos, contudo falta estrutura para estes órgãos;*

*Bem atendidos, principalmente pelo Conselho Tutelar e Polícia Civil;*

*Pouco relacionamento com o Ministério Público e Poder Judiciário;*

*Deixam a desejar, principalmente órgãos que lidam com menores infratores, temos pouco apoio;*

*O auxílio é pouco e a polícia tem que se “virar” sozinha;*

*Na maioria das vezes não temos o respaldo de que precisamos;*

*Os órgãos não possuem recursos e são “frágeis”;*

2.1.9 Na sua visão, em relação aos órgãos públicos (do qual solicita apoio), eles têm um entendimento claro da função e atuação do GEPAR?

*Oito dos quinze militares disseram que os órgãos públicos não têm uma idéia clara sobre a atuação do GEPAR, não sabem a diferença de emprego desse grupo e seus objetivos enquanto os outros sete militares disseram que alguns funcionários conhecem a doutrina de emprego do GEPAR, como por exemplo, alguns funcionários do Projeto Fica-Vivo.*

2.1.10 Você sabe o que é um Centro de Referência do Cidadão - CRC? Na área onde atua possui um CRC?

*Cinco dos quinze militares entrevistados não sabem o que é um CRC. Os outros têm conhecimento do papel de um CRC. Na área de atuação dos quinze militares entrevistados não existe um CRC*

2.1.11 Na sua área possui o Programa Fica Vivo? Como é o seu relacionamento com a coordenação do programa?

*Os militares que atuam na área da região do bairro Nova Contagem disseram que lá existe o Programa Fica-Vivo e que o relacionamento é bom. Na área de atuação dos militares que trabalham no bairro Ressaca e adjacências ainda não foi implantado o Programa e entendem que há necessidade urgente dessa medida.*

2.1.12 De que forma tem ocorrido a identificação de problemas, mobilização e coordenação de esforços para solução de problemas da área onde atua?

*A maioria dos militares entrevistados disse que identificam os problemas durante as operações policiais realizadas, em reuniões com a comunidade, através das estatísticas produzidas pela seção de planejamento e operações da Unidade, denúncias anônimas ou mesmo informações prestadas pela comunidade. Para encaminhamento de usuários de drogas procuram os líderes comunitários ou o programa Fica-Vivo.*

2.1.13 Existe alguma reunião com as lideranças comunitárias? Quando e onde ela é realizada?

*Oito dos quinze militares entrevistados disseram que não participam de reuniões com as lideranças comunitárias. Os outros sete militares, da 38ª Cia PM Esp/18º BPM, disseram que participam das reuniões e que elas ocorrem na Casa de Apoio ou na sede do Programa Fica-Vivo, no bairro Nova Contagem.*

2.1.14 Os armamentos, equipamentos e suprimentos do Grupo estão satisfatórios?

*Oito dos quinze militares disseram que o armamento e suprimentos para atuação do grupo são satisfatórios; os outros sete militares disseram que deixam a desejar, especialmente quanto às viaturas e outros equipamentos importantes.*

2.1.15 Na sua percepção, qual a melhor forma de contribuição do Grupo para a redução da criminalidade?

*Repressão qualificada;  
Patrolhamento inteligente  
Participação da sociedade  
Melhores equipamentos além do policiamento velado  
Trabalho em conjunto com os demais órgãos  
Trabalhar com informações precisas para a repressão qualificada sem importunar o cidadão de bem  
Tornar-se referência para a comunidade angariando sua confiança*

2.1.16 O conhecimento que tem sobre GEPAR tem sido satisfatório para o desempenho de suas atividades

*Todos os militares entrevistados disseram que o conhecimento que têm sobre a atuação do GEPAR é satisfatório para desenvolver suas atividades, mas que o treinamento contínuo é essencial para o aperfeiçoamento.*



### 2.1.17 Qual maior dificuldade enfrentada na execução das atividades do GEPAR?

*Falta de apoio de outros órgãos, especialmente com relação aos menores;*

*Falta de divulgação da doutrina do GEPAR para os outros militares;*

*Falta de investimento em mais cursos para aperfeiçoamento nas atividades do GEPAR;*

*Algumas pessoas da comunidade ainda não confiam na atuação do GEPAR;*

*Falta de viaturas para realizar o patrulhamento;*

*Falta de envolvimento do Ministério Público e Poder Judiciário;*

*Falta de projetos sociais;*

### 2.1.18 Outras opiniões

*“É comprovado que nos aglomerados onde o GEPAR atua a criminalidade reduz de forma acentuada, pois a equipe está presente diariamente”;*

*“O fato de estarmos sempre presentes na comunidade ajuda na identificação dos cidadãos infratores o que facilita em muito a ação de outros órgãos policiais. A sensação de segurança aumenta nas regiões onde o GEPAR atua, facilitando as denúncias e a redução dos crimes violentos”.*

*“Nossa presença constante nos aglomerados causa sensação de segurança na população de bem, ajuda na identificação do cidadão infrator e conquista a confiança, ficando para as demais guarnições o encargo de atendimento de ocorrências. É um trabalho muito importante, mas falta maior apoio dos demais órgãos”.*

*“Só teremos resultados satisfatórios quando os nossos governantes destinar maiores recursos para a educação e a parte social”.*

*“Nos aglomerados onde atuo falta muito incentivo quanto a projetos sociais, ficando muitas crianças ociosas com tendência à criminalidade”.*

“

### 2.1.19 Informações pessoais

- a) Idade dos militares- a maioria dos militares que atuam no GEPAR estão na faixa de 25 a 35 anos
- b) Grau de Instrução – A maioria tem 2º grau completo. Dois militares têm curso superior e apenas um tem o primeiro grau completo.

Pelas respostas dos militares é possível extrair que os militares empregados no GEPAR são voluntários, conhecem a missão a ser cumprida, mas deparam com a falta de respaldo dos órgãos de defesa social que têm por dever dar prosseguimento às ações dos militares.

Os militares percebem certa resistência por parte das pessoas com relação a sua atuação, entendem os militares que as pessoas têm medo de represálias e por isso não se aproximam tanto deles; reclamam da falta de viaturas para realizar o trabalho e do desvio de finalidade de sua atuação.

Percebe-se que não há treinamentos para estes militares e poucos participaram de cursos específicos para emprego no GEPAR

Apenas em um local onde atuam há funcionamento do Programa Fica-Vivo, em Nova Contagem, não existindo um Centro de Referência do Cidadão em nenhuma das áreas de atuação.

Apesar desses aspectos negativos, os militares entendem que sua atuação no local é boa e percebe-se que estão motivados mesmo havendo a falta de apoio interna e externa.

## **2.2 Análise e interpretação das respostas dos órgãos públicos e programas sociais envolvidos com a doutrina de emprego do GEPAR.**

Órgãos de Defesa Social entrevistados num total de quatro: 1º Distrito Policial de Contagem, Programa Fica-Vivo/bairro Nova Contagem e Conselho tutelar

### 2.2.1 Você sabe informar o que é GEPAR?

*Apenas um dos entrevistados disse não conhecer o que significa GEPAR e sobre sua atuação. Os outros disseram que se trata de um grupo de militares que atuam em áreas de risco e seu principal objetivo é prevenir os crimes violentos e em especial os homicídios.*

2.2.2 Caso sim, cite de que maneira presenciou a atuação do GRUPO:

*A maioria disse que foi durante atendimento de ocorrência registradas pelo GEPAR e também por ocasião de operações policiais em conjunto.*

2.2.3 Você já prestou serviços a ocorrências atendidas pelo GEPAR? De que forma foi esta atuação?

*Respostas: Informações prestadas ao grupo GEPAR, Planejamento de atividades; Atividades de lazer e cultura; Atividades em Conjunto (Operacionais).*

2.2.4 Você já presenciou o GEPAR atuando de outra maneira? Quando, em que circunstância?

*Dois órgãos responderam “não” a essa pergunta e os outros dois disseram que viram o grupo atuar como Polícia Comunitária e averiguando denúncias anônimas.*

2.2.5 Como membro do órgão público que trabalha, descreva ações conjuntas de planejamento ou ação com o GEPAR que considera ter contribuído para um diagnóstico ou solução de alguma situação da criminalidade local.

*De acordo com um dos órgãos entrevistados, não há planejamento de ação conjunta; que o órgão não pode interferir ou opinar sobre as ações do GEPAR; que o grupo tem horário de trabalho incompatível com o horário dos crimes e que o grupo permanece nas áreas urbanizadas e os crimes ocorrem nas áreas sem urbanização; que não percebe, até então, contribuição para o diagnóstico ou solução para a criminalidade local.*

*Outro órgão disse que, agindo em conjunto, efetuaram-se prisões de indivíduos de alta periculosidade.*

*Outro órgão disse que o trabalho em parceria com o GEPAR é importante para fazer frente à criminalidade local.*

2.2.6 De acordo com a sua visão, como é o relacionamento do órgão que trabalha com o GEPAR:

*Os entrevistados disseram o seguinte: que a Instituição muitas vezes não está aberta a críticas, mas que o relacionamento é cordial e formal; que se trabalha em conjunto e que o relacionamento é muito bom; que não há muita troca de idéias e que o relacionamento é igual ao das outras guarnições.*

2.2.8 Já realizou algum curso ou recebeu alguma instrução sobre a atuação do GEPAR da Polícia Militar de Minas Gerais? Relate.

*Dois órgãos não realizaram nenhum curso e dentre os dois órgãos que disseram ter realizado curso, um deles disse o seguinte: que entre a teoria e a prática há um abismo.*

2.2.9 Reconhece se houve mudanças na situação da criminalidade após a implementação do GEPAR? Relate tanto as observações positivas quanto as negativas:

*Um dos órgãos disse que não houve mudanças na situação da criminalidade: que o grupo atua como outro qualquer da PMMG e que se há militares somam positivamente onde estiverem, não necessariamente por atuarem no GEPAR; outros órgãos disseram que a atuação é positiva pois se evidenciou a redução da criminalidade local.*

2.2.10 Como é o seu relacionamento (envolvimento) com o Grupo?

*Disseram os representantes dos órgãos que o relacionamento é bom, às vezes neutro e, às vezes, percebe-se que não agrada aos militares pela visão deles de que está havendo interferência na solução de ocorrências.*

2.2.11 Informações pessoais.

Os representantes dos órgãos entrevistados têm idade acima dos 26 anos e todos têm curso superior.

Pelas respostas percebe-se que os representantes dos órgãos entrevistados não têm tanto conhecimento sobre os objetivos da atuação do GEPAR, há pouco relacionamento e trabalho em conjunto. A visão é distorcida, pois entendem que os militares atuam como os outros e que não houve tantas mudanças na situação de criminalidade local devido à atuação do grupo.

Verifica-se também que estes órgãos não estão preparados para atuar, em suas atribuições, dentro dos objetivos de Polícia Comunitária, ou seja, não há correspondência de interesses.

## **2.3 Análise e interpretação das respostas da comunidade e líderes comunitários.**

Oito líderes comunitários foram entrevistados e pertencem às seguintes entidades: Associação dos Moradores e Amigos de Nova Contagem; Vila União e Boa Esperança; Associação Comunitária do bairro Vila Pérola; Associação Comunitária do bairro Ipê Amarelo; Escola Aberta e Conselho da Casa de Apoio; Centro Educacional Infantil Estrelinha do Futuro e uma moradora como líder comunitária espontânea. A maioria tem de 30 a 40

anos, quatro têm 1º e 2º grau completos, um com 2º grau incompleto e ou outros três têm curso superior completo.

### 2.3.1 Você sabe informar o que é GEPAR?

*A maioria dos entrevistados disse que é um grupo especial da PMMG; os outros não responderam ou disseram “observei de longe”.*

### 2.3.2 Caso sim, cite de que maneira presenciou atuação do GRUPO:

*As respostas mais comuns foram: que trabalham de maneira mais serena; com ética e respeito ao cidadão; que vê o grupo monitorando as ruas da comunidade onde mora; que são policiais que não colocam barreiras entre eles e as pessoas; que angariam simpatia das pessoas.*

### 2.3.3 Você já auxiliou o GEPAR em alguma atividade? Em que circunstância?

*Sete dos entrevistados disseram que não auxiliaram o GEPAR em alguma atividade e um disse que o auxílio foi com relação a informações comunitárias, planejamento de atividades e atividades de lazer e cultura.*

2.3.4 Como membro da comunidade e ou líder comunitário descreva ações conjuntas de planejamento ou ação com o GEPAR que considera ter contribuído para um diagnóstico para mostrar a realidade da criminalidade local.

*Respostas importantes:*

*Necessidade de maior interação do grupo com a comunidade;*

*Só confia em alguns policiais;*

*Presença e persistência por mais tempo no local de “batida policial”;*

*Percebe maior articulação do grupo com o Programa Fica-Vivo*

2.3.5 De acordo com a sua percepção como é a situação da criminalidade na região onde atua como líder comunitário:

*Como moradora percebe melhoras, mas os homicídios e envolvimento com drogas acontecem bastante;*

*A atuação do GEPAR tem contribuído para redução da criminalidade no local, pois antes a situação era pior;*

*Nós gostaríamos que fossem os militares melhor controlados, mas, sem dúvida, há sucesso no trabalho deles;*

*A criminalidade acontece muito em torno das drogas e roubos; seria importante que o GEPAR trouxesse mais cultura à comunidade.*

#### 2.3.6 Reconhece se houve mudanças após a implementação do GEPAR:

*Três dos entrevistados disseram que a situação da criminalidade melhorou, mas ainda há muito que fazer. Os outros cinco entrevistados têm percepção negativa: repressão e agressividade por parte do grupo; o grupo não é visível como antes; pouca atuação do grupo.*

#### 2.3.7 Como é o seu relacionamento (envolvimento) com o Grupo?

*Apenas um dos entrevistados disse que é parceiro do grupo e os outros disseram que “pouco ou nenhum”.*

#### 2.3.8 Já realizou algum curso direcionado a comunidade ou lideranças comunitárias? Caso sim, cite-os:

*Apenas três dos entrevistados realizaram cursos ligados a atuação em comunidades: gestor comunitário, polícia comunitária e política habitacional.*

#### 2.3.9 Descreva o cenário atual após a criação do GEPAR, tanto positivas e ou negativas: (caso reconheça mudanças):

*Comentários:*

*“O GEPAR mudou muito a realidade desta região para melhor, reduziu as mortes e roubos, contudo, de uns tempos para cá, estes crimes têm aumentado”.*

“O GEPAR tem um relacionamento diferenciado com os viciados em drogas e se mostra mais preocupado com a atual situação deles dentro da comunidade e isto vem trazendo o respeito de volta no relacionamento entre a polícia, comunidade e morador”.

“Há necessidade de que o grupo também atue no horário noturno”.

“Percebo que estão mais ausentes atualmente”.

Diante das respostas apresentadas pelos líderes comunitários percebe-se que há opiniões divididas: uns percebem o grupo de maneira positiva, mas a maioria não entende que a atuação do grupo tem sido eficaz para a redução da criminalidade no local; que, inclusive, a atuação deles tem reduzido; que algumas pessoas reclamam quanto às abordagens. O relacionamento é distante e não há trabalho em conjunto como deveria ocorrer. Percebem que o grupo deveria trabalhar em horários onde ocorrem mais crimes, no caso, durante a noite e também não conhecem a doutrina de emprego do grupo.

É de se considerar que as desigualdades sociais geram conflitos, que, por sua vez, originam a prática de crimes.

O desequilíbrio social e econômico da sociedade fomenta os mais variados tipos de crimes fazendo com que os órgãos de defesa social e a sociedade coloquem em pauta o desafio de se reduzir ou até mesmo afastar de vez a realidade atual dos altos índices de criminalidade, especialmente, dos crimes contra a vida.

O medo e a sensação de insegurança povoam a mente das pessoas enquanto se vive em uma sociedade onde a desigualdade entre as pessoas persiste e aumenta cada vez mais.

A Polícia Militar de Minas Gerais, como órgão de defesa social e após sua transformação em “polícia de resultados” atuando dentro dos princípios da Polícia Comunitária, criou o GEPAR com a missão principal é executar o policiamento ostensivo diuturno em aglomerados, vilas e locais violentos e ainda atuar diretamente na prevenção de crimes violentos, em especial, os homicídios e o tráfico ilícito de entorpecentes.

Contudo, verifica-se pelas entrevistas realizadas que a prática difere da teoria criada para atuação do GEPAR. O grupo encontra resistência por parte das pessoas e falta de apoio dos órgãos que deveriam dar continuidade às ações iniciadas pelo grupo, ou seja, a rede de atores sociais não funciona, e por isso, o grupo não atinge seus objetivos.

Verifica-se também que há dificuldades em motivar e sustentar a participação do público nas implementações de policiamento que a PMMG cria com vistas a cumprir sua missão institucional.

Percebe-se também que apesar de o grupo não atingir totalmente seus objetivos, há uma melhora considerável na situação da criminalidade local devido à presença de militares no interior das áreas de risco, ainda que haja necessidade de formação e treinamento para estes militares, divulgação de seu trabalho específico junto ao público interno e externo, mais ações de integração com a comunidade, mas, principalmente, mais responsabilidade das pessoas nas causas de segurança pública.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As desigualdades sociais e econômicas que imperam no Brasil provocam anomalias que, por sua vez, originam conflitos, tensões e disputas entre as camadas sociais, daí, surge a violência em seus variados matizes, a desagregação entre as pessoas e a preocupação contínua dos órgãos de defesa social e a comunidade em relação à segurança pública, tema bastante discutido com vistas a busca de soluções capazes de frear os números crescentes de crimes violentos que deixam atrás de si o inconformismo e a revolta das pessoas de bem diante da realidade assistida diariamente.

Se não é o esforço do Estado e de uma parte da sociedade em conter essa evolução, as comunidades viveriam totalmente à mercê dos agentes motivados para a prática dos delitos, considerando a morosidade da justiça em aplicar as penalidades da lei e a falta de estrutura dos diversos órgãos de defesa social que têm por missão dar continuidade às ações da polícia.

Assim, a criminalidade violenta é um desafio para a política de segurança pública, pois desde os anos 70 observa-se um crescimento no total de ocorrências de crimes violentos (homicídios, seqüestros, estupros, dentre outros).

Um novo modelo de se fazer polícia foi introduzido no Brasil e em Minas Gerais, na Polícia Militar de Minas Gerais, aderiu esta Instituição ao modelo de Polícia Comunitária que parte do pressuposto de que a atividade de segurança pública é uma tarefa muito importante para ser deixada apenas no controle das organizações que constitucionalmente receberam essa missão e busca resolver os problemas de segurança pública da comunidade, com foco nas causas que originaram as dificuldades enfrentadas, contudo, faz-se necessário que o próprio grupo se envolva em parceria com a polícia, no sentido que juntos possam identificar a natureza das necessidades e de realizar as mudanças operacionais para que a polícia as desempenhe de maneira eficaz.

O maior desafio enfrentado pela polícia no modelo comunitário é motivar e sustentar a participação do público, pois a prática ensina que o êxito de uma iniciativa policial de organização comunitária passa pelo envolvimento e comprometimento dos cidadãos na busca de soluções para problemas locais.

Há outros desafios ainda como a própria resistência do efetivo policial empregado, a falta de recursos e a desmotivação dos policiais face à apatia das pessoas da comunidade e dos diversos órgãos que compõem o sistema de defesa social.

Na tentativa de buscar uma melhor efetividade dos resultados e uma minimização na ineficiência da prática das políticas, um dos ápices da área de gestão de segurança pública dos governos tem sido a implementação de projetos e programas em rede, isto é, uma junção de esforços de órgãos públicos e privados, além da comunidade em prol de um objetivo comum: o bem-estar social. Além disso, a Instituição apresentou a sua identidade organizacional, colhendo opiniões internas e externas, culminando com a definição clara dos objetivos estratégicos da Instituição, com foco em seu negócio, na sua missão, sua visão e nos valores que cultua.

A implementação do Grupo Especializado em Áreas de Risco – GEPAR, pela PMMG, a partir do ano de 2005, e objeto de estudo deste trabalho, é considerado uma alternativa contemporânea de segurança pública, por se tratar de um grupo que atua especificamente nos aglomerados e que propõe uma junção da força reativa com a preventiva, isto é, possui o objetivo principal de proteção social e intervenção estratégica em busca de redução efetiva da criminalidade local, principalmente, os crimes violentos, como homicídios. A filosofia do GEPAR está orientada em três características básicas: policiamentos comunitários, que se norteiam pelas ações preventivas com o envolvimento da comunidade; repressão qualificada, com atuação das polícias militar e civil e promoção social.

Voltada para a integração comunitária, a Instituição também implementou outras formas de aproximação com a comunidade e de redução e prevenção à criminalidade a exemplo do Programa Educacional de Resistência a Drogas – PROERD, destinado às crianças da 4ª série do 1º grau, a criação dos Conselhos de Segurança Pública (CONSEP) com vistas à discussão e adoção de medidas práticas que resultem na melhoria da qualidade de vida das comunidades; a integração entre a PMMG e a PCMG também constitui em estratégia para somar forças no enfrentamento da criminalidade e por fim, investimento na formação e treinamento do efetivo da Instituição.

Na área do 18º BPM, em Contagem, delimitação e objeto de estudo desta pesquisa, foi implantado o GEPAR na 38ª Cia PM Esp, sediada no bairro Nova Contagem e na 131ª Cia PM Esp, sediada no bairro Nacional.

Assim, a evolução construída no presente estudo pretendeu verificar se o treinamento e a atuação dos militares empenhados no GEPAR em consonância com os órgãos de defesa social estão sendo suficientes e eficazes para o alcance dos objetivos propostos na doutrina de emprego do grupo, pois se observou que o grupo apresentava reclamações narrando sobre a dificuldade em cumprir os objetivos da doutrina do GEPAR face à resistência, negligência ou ausência dos outros órgãos que deveriam compor a rede de ações para fazer frente à demanda da criminalidade.

Foram realizadas as entrevistas com os militares do 18º Batalhão de Polícia Militar que atuam no GEPAR e representantes dos órgãos de defesa social e líderes comunitários, obtendo-se as principais considerações:

O grupo encontra resistência por parte das pessoas e falta de apoio dos órgãos que deveriam dar continuidade às ações iniciadas pelo grupo, ou seja, a rede de atores sociais não funciona, e por isso, o grupo não atinge seus objetivos.

Verifica-se também que há dificuldades em motivar e sustentar a participação do público nas implementações de policiamento que a PMMG cria com vistas a cumprir sua missão institucional.

Percebe-se também que apesar de o grupo não atingir totalmente seus objetivos, há uma melhora considerável na situação da criminalidade local devido à presença de militares no interior das áreas de risco, ainda que haja necessidade de formação e treinamento para estes militares, divulgação de seu trabalho específico junto ao público interno e externo, mais ações de integração com a comunidade, mas, principalmente, mais responsabilidade das pessoas nas causas de segurança pública.

Em suma, a entrevista realizada fornece subsídios para afirmar que a hipótese foi confirmada: **o treinamento e a atuação dos militares empenhados no GEPAR em consonância com os órgãos de defesa social não estão sendo suficientes e eficazes para o alcance dos objetivos propostos na doutrina de emprego do grupo.**

A maioria dos militares empregados no GEPAR não possui curso e não participam de treinamentos específicos para a atuação ditada na Instrução 02/2005, do Comando-Geral da PMMG; há deficiência de viaturas e equipamentos; há dificuldade para a solução das ocorrências típicas para empenho do grupo junto aos órgãos onde são registradas as ocorrências; verificou-se que o conceito da atuação do grupo não é bem compreendido pela maioria da comunidade e órgãos entrevistados; há também resistência quanto à aceitação da integração, de ambas as partes (grupo e pessoas), dentre outras constatações.

Considera-se, portanto, que a doutrina de emprego do GEPAR não está sendo cumprida na prática o que requer uma reavaliação de todo o processo: formação, treinamento, divulgação dos objetivos do grupo e outras ações junto aos demais órgãos de defesa social para que esta estratégia realmente possa alcançar resultados positivos na redução da criminalidade violenta no local onde foi implementado, pois, sabe-se que a bicentenária PMMG, Instituição prestadora de serviços de Segurança Pública, atualmente uma das mais importantes necessidades do cidadão, tem idealizado uma imagem institucional que seja capaz de criar no inconsciente das pessoas a certeza da capacidade profissional de seus integrantes, para socorrê-las e protegê-las em qualquer hora e lugar do território mineiro.

E ser reconhecida como referência na produção de serviços públicos e orgulho do povo mineiro é a visão que a Instituição procura alcançar, a partir da atuação positiva de seus integrantes.

#### SUGESTÕES:

- a) Treinamento específico para todos os militares empregados no GEPAR;
- b) Acompanhamento do desempenho do GEPAR por um Oficial com vistas a corrigir atuações negativas ou diversas do conceito operacional previsto na Instrução 02/2005- do Comando-Geral da PMMG;
- c) Seminário com participação dos órgãos de defesa social para disseminação da doutrina de emprego do GEPAR e busca de informações das soluções possíveis para as ocorrências registradas pelo GEPAR;
- d) Divulgação dos resultados positivos em atuações do GEPAR através da mídia para efeito de segurança subjetiva na comunidade;

- e) Visitas tranqüilizadoras às comunidades que demonstrem resistência ao grupo com vistas a sanar dúvidas e resgatar a confiança dessas pessoas no Grupo e na PMMG;
- f) Incentivo aos militares que atuam no grupo, a exemplo de escalas favoráveis e recompensas no âmbito da Unidade a que pertencem.

Espera-se que o estudo apresentado sirva como fator motivador da necessidade de formar e treinar os talentos humanos da Instituição, preparando-os e mantendo-os em condições de representar a PMMG, o “Patrimônio dos Mineiros”, com notável profissionalismo, além de sinalizar sobre a necessidade de acompanhamento constante dos programas lançados com vistas a melhorar a situação da segurança pública e seus resultados, sob pena do descrédito da população e desmotivação do efetivo empregado.

Vislumbra-se, entretanto, que a criação e lançamento do GEPAR constituem em excelente estratégia para a redução da criminalidade, desde que seus pressupostos de atuação sejam plenamente cumpridos.